

ADEMAR, JANGO E PRESTES FALAM AO POVO PAULISTA EM GRANDIOSOS COMÍCIOS

Ganha intensidade a campanha eleitoral em São Paulo
(CORRESPONDÊNCIA NA PÁGINA CENTRAL)



GENERAL PORFIRIO DA PAZ, candidato
a vice-governador de São Paulo

VOZ OPERÁRIA

N. 484 ★ RIO DE JANEIRO, 13 DE SETEMBRO DE 1958

EM PERNAMBUCO:

AVANÇA PARA
A VITÓRIA A
CAMPANHA
DAS
OPOSIÇÕES
UNIDAS



Palanque de um dos numerosos comícios realizados em Pernambuco pelas Oposições Unidas, quando falava o sr. Cid Sampaio, presente o sr. João Goulart (Noticiário na PÁGINA CENTRAL)

Na Página Central:

DECLARAÇÕES DE PRESTES
SÔBRE O APOIO
DOS COMUNISTAS A BRIZOLA

EXPANDE-SE NA BAHIA A
CAMPANHA PELA ELEIÇÃO
DE PEDREIRA DE FREITAS

OS PARAIBANOS ELEGERÃO
JOSE AMÉRICO SENADOR



O Problema do Café e os Interesses Nacionais
(Artigo de JACOB GORENDER,
— NA ÚLTIMA PÁGINA)

O famoso cantor negro norte-americano PAUL ROBESON, ao chegar a Moscou, deu um primeiro recital no Palácio do Esporte, em Lujniki, bairro da capital soviética (foto). Robeson seguiu depois para uma estação de repouso no Mar Negro, tendo aí recebido a visita de Nikita Kruschiov.



Leia

PORQUE OS EE. UU.
NÃO RECONHECEM A
REPÚBLICA POPULAR
DA CHINA?
(Rui Facó, na 2ª página)

ARTIGO DE MAURICE
THOREU, na 8ª página

APLICAR AS RESOLU-
ÇÕES DA II CONVEN-
ÇÃO DO D.F.
(Artigo de Roberto Morena,
na 9ª página)

Resoluções da II Convenção
dos Trabalhadores do Distrito
Federal — (Na nona página)

EM FAVOR DE QUEM
TRABALHA O TEMPO:

— DO OCIDENTE?
— OU DO ORIENTE?

(Reportagem de JOSUÉ DE
ALMEIDA, na quarta página)

PREÇO
do Exemplo
3⁰⁰

PORQUE OS EE. UU. NÃO RECONHECEM A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

Falsos argumentos da "Declaração de Princípios" do Departamento de Estado

Rui Facó

O Departamento de Estado (Ministério do Exterior) dos Estados Unidos lançou recentemente uma «Declaração de Princípios», contendo as razões que levam o governo norte-americano a não reconhecer a República Popular da China.

A República Popular da China existe há nove anos. Foi proclamada a 1.º de outubro de 1949. Resultou de uma árdua e prolongada luta do povo chinês pela sua libertação do domínio multiseccular das grandes propriedades de terra (latifundiários), dos «senhores da guerra» (chefes militares locais) e da opressão e exploração mais que secular dos imperialistas estrangeiros.

A luta do povo chinês teve início (depois da vitória da revolução burguesa de 1911) na década de 20. Prolongou-se por toda a década de 30 e terminou vitoriosamente quando, depois da derrota dos ocupantes japoneses, foi destruído o regime reacionário do Kuomintang, chefiado por Chiang Kai-chek. Sem ter onde abrigar-se na China continental, onde nem mesmo as armas norte-americanas conseguiram mais sustentá-lo, Chiang e sua camarilha se refugiaram na ilha de Taiwan (Formosa). Essa ilha foi transformada em base militar dos Estados Unidos. A 7.ª Esquadra norte-americana passou a protegê-la e a exigir ao mundo que reconhecesse esse bando de fuggitivos escorraçado pelo povo chinês.

Ainda hoje alguns governos, por imposição da política do Departamento de Estado, reconhecem o fantoche Chiang Kai-chek e ignoram a existência do governo da República Popular da China, cuja jurisdição se exerce sobre um território de mais de 9 milhões de quilômetros quadrados com 600 milhões de habitantes.

O governo do Brasil — apesar da proclamada «Operação Pan-Americana», apesar das declarações do sr. Kubitschek de que devemos deixar de ser a «retaguarda incarácterística» dos Estados Unidos — continua a desconhecer o governo da República Popular da China e a manter relações com os marionetes de Taiwan.

Pretende a reação indigena que os «argumentos» do Departamento de Estado para o não reconhecimento da China popular são válidos também para o Brasil. Vejamos alguns desses argumentos.

1 — "...O bloco soviético, do qual a China comunista é uma parcela importante, está empenhado numa luta a longo termo para destruir o modo de vida das nações livres e realizar o domínio do mundo pelo comunismo".

Esta primeira consideração, das duas apresentadas como fundamentais, na declaração do Departamento de Estado, como justificativa do não reconhecimento da China Popular pelos Estados Unidos, não resiste à menor prova como argumento. Se fosse verdade o que aí se diz, os Estados Unidos não reconheceriam a União Soviética.

tica, a quem atribuem falsamente a intenção do domínio do mundo pelo comunismo.

E' sabido que no campo socialista não existe «bloco soviético» a URSS é a maior potência, tanto económica como militarmente. No entanto, coexiste amistosamente há mais de 40 anos com vários países capitalistas, vizinhos de fronteiras, como a Finlândia, o Irã, o Afeganistão, a Turquia, sem jamais ter tentado impor a esses países seu regime político. A China, por sua vez, mantém excelentes relações com seus vizinhos, entre os quais se encontram grandes países como a Índia e a Indonésia. Estes e a maioria

dos demais países da Ásia mantêm relações com a República Popular da China. A Índia, por mais de uma vez, tomou a iniciativa de restituir-se à China Popular seu legítimo lugar na ONU. E são os Estados Unidos, no outro lado da Terra, que pretendem ditar a «melhor política» aos países asiáticos em relação à República Popular da China. Neste caso, quem intervém — a China ou os EE.UU.?

2 — Diz o documento do Departamento de Estado de Washington que «os líderes comunistas chineses já demonstraram por palavras e atos que não encaram com prioridade o bem-estar de seu povo... Seu primeiro objetivo é estender a revolução comunista além de suas fronteiras ao resto da Ásia e daí ao resto do mundo».

As realizações do governo da República Popular da China são suficientes para desmentir as afirmativas sem base do Departamento de Mister Dulles. O primeiro objetivo do governo da China Popular é a sua restauração económica. Neste sentido, todos os testemunhos são unânimes. Várias personalidades, escritores políticos, homens de negócio do Brasil que têm visitado a República Popular da China reconhecem que toda o povo chinês está empenhado de corpo e alma numa imensa revolução de caráter económico e cultural, à qual dedica todas as suas forças. Ninguém desconhece que uma das metas atuais da China popular é até 1965 atingir e ultrapassar a Inglaterra na produção de aço. Este ano, a República Popular da China se propõe lançar 10 milhões e 700 mil toneladas de aço, exatamente o dobro da produção do ano passado. Em fevereiro deste ano, o plano

aprovado previa apenas 6 milhões e 200 mil toneladas. Mas, nem só de aço vive o homem; vive de pão também. E a China popular terá suas colheitas de cereais elevadas a 300 ou 350 milhões de toneladas, isto é, um aumento de cerca de 30 por cento em relação ao ano passado.

E' ou não uma prova de que o regime popular chinês trata, antes de tudo, de melhorar radicalmente as condições de vida do povo? Esta melhora, como é natural, terá uma base sólida — um poderoso impulso à indústria pesada, sem a qual tudo o mais é precário, sem a qual não haverá ferro e aço para as grandes obras, para fábricas, usinas, pontes, caminhões-de-ferro, veculos, tratores para a agricultura.

O regime popular pós termo para sempre as terríveis fomes que exterminavam periodicamente milhões de chineses sob o domínio dos grandes proprietários feudais e dos imperialistas estrangeiros.

3 — «No esforço de bloquear as tentativas de Pequim de estender o domínio comunista na Ásia, o não reconhecimento diplomático é um fator importante» — diz a seguir a declaração do Departamento de Estado.

Semelhantes «tentativas» só existem na propaganda mentirosa do Departamento de Estado. E tanto não existem que países como a Índia, o Paquistão, a Indonésia, a Birmânia, o Ceilão, mantêm relações diplomáticas e estreitas relações comerciais e culturais, com a República Popular da China.

Assim, tampouco prevalece a alegação do Departamento de Estado de que «os governos existentes nas fronteiras da China veriam no reconhecimento norte-americano da China comunista a



Mao Tse-Tung

retirada dos Estados Unidos do Extremo Oriente».

Se se compreende por «retirada» o fato de os Estados Unidos deixarem de ocupar um território chinês — Taiwan (Formosa) —, de apoiar fantoches repudiados pelo seu próprio povo, como Chiang Kai-chek e Li Si-man, deixarem de instigar o governo reacionário do Viet-Nam do Sul à guerra contra a República Democrática do Viet-Nam, deixarem de dar mão forte aos colonizadores holandeses contra o povo indonésio — então os povos da Ásia, mais da metade do gênero humano, desejam essa retirada. Mas se os Estados Unidos querem manter boas e amistosas relações com os governos legítimos que representam os anseios de libertação, independência e progresso dos povos asiáticos, sem intulos colonizadores, neste caso os povos asiáticos não rejeitarão esta forma de relações. Relações deste tipo têm sido propostas pela República Popular da China reiteradamente ao governo de Washington. Washington é que até agora as repele.

4 — Outro falso argumento do Departamento de Estado em sua recente declaração: «O reconhecimento de Pequim pelos Estados Unidos inevitavelmente abriria as portas da Organização (a ONU) para os comunistas chineses».

Do ponto de vista norte-americano isto desvirtuaria, e não destruiria mesmo a função das Nações Unidas como instrumento de manutenção da paz».

A representação que falta na ONU não é dos comunistas chineses. E' do povo da China, de 600 milhões de chineses. A ONU estará incompleta, desvirtuada em suas verdadeiras funções, enquanto dela estiver ausente a representação desse país, que é o mais populoso da Terra.

A China popular desempenha hoje, contra a vontade dos Estados Unidos, um papel importantíssimo na Ásia e no mundo. Ninguém nega que sua influência é enorme em todo o continente asiático, em todo o Oriente, Extremo, Próximo e Médio, e com ela simpatizam todos os povos — inclusive o povo americano. Na medida em que se fortalece, em que se transforma realmente, e não apenas por sua população, numa grande potência, esta influência aumentará. E sua voz terá que ser ouvida, quer queira quer não o sr. Foster Dulles. A Ásia também tem problemas que a ONU está chamada a resolver. E eles jamais serão resolvidos inteiramente ignorando-se a China, pretendendo que ela não existe, apenas porque o seu regime é socialista, porque ela constrói o socialismo, e o sr. Dulles não gosta do socialismo.

NENHUM COMPROMISSO COM OS COLONIALISTAS

Sugeriu-se aqui, e a imprensa francesa disse abertamente, que o objetivo da visita de Louis Jacquinot, representante pessoal do general De Gaulle ao Brasil (como a outros países da América do Sul), era obter o apoio dos representantes desses países na ONU para as teses degaullistas objetivando o recuso ao direito à independência da Argélia.

NENHUM COMPROMISSO COM OS COLONIALISTAS

A questão argelina vai dentro de alguns dias ser discutida na ONU. Ante suas divergências neste ponto com os Estados Unidos, que pretendem herdar da França suas colônias na África, De Gaulle procura impedir o reconhecimento pela ONU da autodeterminação da Argélia e prosseguir a guerra contra os patriotas argelinos.

Embora nada transpirando do conteúdo das conversações do sr. Jacquinot com o presidente Kubitschek, percebe-se, pela carta de JK ao general de Gaulle, que suas simpatias estão com o ditador francês. Assim, é provável tenha havido um compromisso contra os interesses do povo argelino. Semelhante compromisso jamais poderá ser admitido pelo povo brasileiro. Conquistamos nossa independência lutando contra os que nos colonizavam. Reconhecemos tradicionalmente o direito sagrado de todos os povos à liberdade. Não podemos, em nenhum caso, ficar ao lado dos colonizadores contra os colonizados.

Crônica OS EE.UU. E A CHINA NA Questão de Formosa

Na semana que finda a chamada «questão de Formosa», criada pela intervenção dos Estados Unidos nos assuntos da República Popular da China, passou a primeiro plano na situação internacional. Evoluiu para assumir proporções que podem ser decisivas ao definir as relações entre a República Popular da China e os Estados Unidos.

Os discursos pronunciados no começo da semana pelo Primeiro Ministro Chu E-lai e pelo presidente Mao Tse-tung são uma séria reafirmação de que o povo chinês não se submeterá à pressão, às ameaças e chantagens dos imperialistas norte-americanos. A carta de Kruschiov ao presidente Eisenhower, advertindo de que qualquer agressão contra a China popular será considerada uma agressão à União Soviética, veio chamar à razão os insensatos que criaram artificialmente o «problema de Formosa» e mostrar que eles se precipitam para o abismo.

Estes fatos contribuíram bastante para tornar mais claros os acontecimentos em relação a Formosa (Taiwan) e mostrar que a política dos Estados Unidos no Extremo Oriente é uma política perigosa, que pode arrastar o mundo à guerra. Já o compreenderam muitas pessoas equilibradas em vários países. São sintomáticas, a respeito, as declarações categóricas do Primeiro Ministro da Índia, Nehru, do Presidente da República Árabe Unida, Nasser, do Ministro do Exterior do Canadá e do Primeiro Ministro canadense, Diefenbaker, ou considerando que a República Popular da China deve reintegrar seus territórios insulares, ou afirmando sem mais palavras (Canadá) que não participarão de uma guerra por Taiwan.

Nos próprios Estados Unidos parece predominar o bom senso. As palavras do ex-chanceler Dean Acheson foram tanzativas quando se a uma possível guerra contra a China por coisas que «não valem a vida de um só nor-

te-americano». Grande parte da imprensa dos Estados Unidos — inclusive o «Wall Street Journal» e o «New York Times», que sempre estão ao lado dos provocadores de guerra fizeram sérias reservas à política de Dulles para o Extremo Oriente.

Em resumo, os Estados Unidos se vêem isolados na sua tentativa de resolver pela força a «questão de Formosa». A própria França e Inglaterra não demonstram nenhum entusiasmo por essa aventura inglória.

Isolados, os Estados Unidos não tiveram outro remédio senão aceitar imediatamente a proposta do governo de Pequim para conversações visando solucionar pacificamente a pendência americana chinesa. Os entendimentos no nível de embaixadores, propostos por Pequim em Varsóvia, e que Washington admitiu, são o caminho certo para dirimir os problemas pendentes entre os dois países. Eis mais uma prova do quanto é artificial a política do governo americano em relação à República Popular da China, pretendendo desconhecer sua existência nas relações entre países e nas Nações Unidas. Quando surge uma situação grave, pondo em perigo a paz mundial, os políticos americanos são chamados à realidade. E a realidade incontestável é esta: a República Popular da China existe, a China popular é uma grande potência consciente da sua força, quer viver em paz com todos os países, mas não admite interferências indebitas em seus assuntos internos. E Taiwan (Formosa e ilhas adjacentes) é uma questão puramente chinesa. O único caminho justo para resolvê-la em definitivo é abandonarem os Estados Unidos sua política belicosa em relação à China e deixar que os chineses decidam entre si esta questão. Nesta altura dos acontecimentos, esta é uma exigência não só do povo chinês como de todos os povos que amam a paz.

A Batalha da Cédula

Três semanas apenas nos separam do dia 3 de outubro, quando o povo brasileiro irá às urnas para escolher os seus novos representantes no Poder Legislativo e, em numerosos Estados e municípios, os governantes para o próximo quadriênio. A medida que se aproxima a data do pleito, adquire a campanha eleitoral maior intensidade em todo o país. Isso se evidencia principalmente em Estados como São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Estado do Rio e Bahia e revela, sem dúvida, como se aprofunda entre as massas a convicção de que o próximo pleito eleitoral constitui, antes de tudo, uma importante batalha em que se chocam duas correntes, duas políticas: o nacionalismo e o entreguismo.

PARTICIPANDO ativamente da luta eleitoral, em coalizões que congregam expressivas forças políticas em torno de objetivos nacionalistas e democráticos, os comunistas vêm dando uma considerável contribuição na campanha pela vitória das candidaturas que, de modo mais consequente, expressam as reivindicações fundamentais do povo brasileiro no atual momento histórico. Atuando sempre como um fator de unidade, têm os comunistas a preocupação de reunir o maior contingente possível de forças ao lado das candidaturas cujo triunfo signifique a conquista de novas posições que, localmente e no âmbito nacional, pesem a favor do nacionalismo e da democracia. Por isso, se empenham os comunistas em que na presente campanha eleitoral, ao lado da discussão dos problemas específicos de cada região, seja travado o mais amplo e esclarecedor debate em torno das questões básicas enfrentadas, hoje, pelo povo brasileiro e por toda a nação. Esse debate, de que participam representantes de diferentes partidos e correntes políticas, vem sendo feito com magníficos resultados. As insuficiências de que se ressentiam em uma ou outra região, e que devem naturalmente ser corrigidas, não invalidam a conclusão de estar representando a campanha eleitoral um excelente fator de esclarecimento popular, de elevação do nível político dos trabalhadores e outras camadas da sociedade. É particularmente significativo o fato de que, nesses debates democráticos, esteja participando diretamente Luís Carlos Prestes, a quem o povo, nessas ocasiões, testemunha o seu carinho e a sua confiança.

ESSE aspecto da campanha tem, naturalmente, a maior importância e tudo deve ser feito de agora em diante, no sentido de multiplicar o número de comícios, debates, sabinas e conferências. Esta é mesmo uma condição capital para que se possa as-

segurar o triunfo dos candidatos indicados ao eleitorado pelas forças nacionalistas e democráticas. As massas precisam estar convencidas, por si mesmas, da justiça dessas candidaturas para dar-lhes os votos a 3 de outubro.

ESSA atividade, entretanto, não pode estar dissociada de uma outra, cuja relevância sobressai à medida que nos aproximamos do dia das eleições: a batalha da cédula. Se estamos convencidos de que o conteúdo principal do pleito é a luta entre o nacionalismo e o entreguismo, não há dificuldade em compreender que os resultados dessa luta serão favoráveis àqueles que conseguirem superar os adversários no número de votos obtidos. Trata-se, portanto, de garantir para os candidatos apoiados pelas forças nacionalistas a maioria indiscutível dos sufrágios do povo.

OS comunistas, cuja abnegação e entusiasmo têm sido sobejamente demonstrados, não poupam nem pouparão esforços também em garantir o pleno êxito da batalha da cédula, em conquistar o maior número possível de votos para os candidatos por eles recomendados ao eleitorado. Não se deixam os comunistas influenciar por qualquer tendência exclusivista. Toda a energia de que são portadores, toda a sua capacidade de mobilização e todo o prestígio que desfrutam no seio da classe operária e das massas populares são e continuarão a ser orientados no sentido de garantir a vitória dos candidatos aos quais emprestam o seu apoio e das coalizões de que participam.

PODESE afirmar que, desde este momento, entramos na reta final da campanha. Urge, pois, que todos os recursos disponíveis sejam mobilizados e postos inteliramente em função da luta eleitoral. Possuímos nesse terreno um vasto cabedal de experiências. É necessário, pondo de lado o que havia, no passado, de erros e deformações, utilizar as boas experiências de campanhas anteriores, assim como, despertando a capacidade de iniciativa e criação, descobrir formas novas e mais eficientes de trabalho, que deem o máximo de vivacidade e rendimento à batalha da cédula.

OS comunistas têm plena consciência de sua responsabilidade perante o proletariado e o povo brasileiro. Eles não medirão esforços, por isso mesmo, na contribuição que lhes cabe a fim de fazer das eleições de outubro uma cruzada triunfal do nacionalismo e da democracia em nossa pátria.

Manifestações Nacionalistas

As comemorações do último Sete de Setembro deram lugar a numerosos pronunciamentos nacionalistas, de setores os mais representativos da população brasileira. Esse fato reflete, sem dúvida, o amadurecimento político cada dia maior do nosso povo. Os atos comemorativos vão perdendo o caráter apenas laudatório de anos atrás e passam a constituir incisivas manifestações de luta patriótica — da luta em que se empenha, hoje, o povo brasileiro pela libertação econômica e política do país da dependência em que se encontra em face do imperialismo norte-americano.

Destacam-se aqui, especialmente, as manifestações dos trabalhadores e dos estudantes. Reunidos em sua II Conferência Regional, encerrada no dia 7 de setembro, os trabalhadores cariocas demonstraram compreender com exatidão que a sua luta não se reduz aos objetivos especificamente profissionais, mas que lhes cabe o papel decisivo no combate por uma política que leve o Brasil a se libertar da dominação dos monopólios imperialistas e, assim, a empreender o caminho do desenvolvimento independente e progressista.

Para que essa política se torne uma realidade — indicaram os trabalhadores — é necessário que o governo confie na força do povo e nela se apoie, não se deixando, por outro lado, intimidar pelas ameaças dos trustes. Os trabalhadores do Distrito Federal mostraram, de maneira justa e objetiva, que a melhor forma de homenagear o 7 de Setembro está na intensificação da luta pela nossa libertação da dependência aos monopólios norte-americanos.

Sentido idêntico tem a proclamação lançada pela União Nacional dos Estudantes, entidade máxima representativa dos estudantes brasileiros. R' afirma a UNE, nesse documento, que os universitários estão convencidos de que o seu primeiro dever, como parcela do povo brasileiro, é formar ao lado dos demais patriotas no combate contra a opressão imperialista e na exigência de uma política independente e progressista para o nosso país.

Registrando os pronunciamentos dos trabalhadores e dos estudantes por ocasião do Dia da Independência, pretendemos assinalar como se torna cada dia mais clara, nos setores mais representativos da sociedade brasileira, a consciência de que o progresso de nosso país e a felicidade de nosso povo reclamam, como uma condição imperiosa, que cortemos as amarras

O Cavaleiro e o Escudeiro do Golpe

MOIDO a pau, depois de um encontro desigual com uma turma de almocreves D. Quixote terminou a Saucha que no próximo agravo cometido por gente da raiz tomasso o encargo de castigar os agressores, "porque no lo haré en ninguna manera, sino pon tu mano a tu espada y castígalos muy a tu sabor".

Parece estar vigorando pacto semelhante, no cimi-nhão do Lixo, entre Lacerda e Arinos. Assim, de acordo com as leis da Cavalaria Andante, enquanto o fidalgo do Paracatu, que comprou o bonde de uma candidatura sem possibilidade de êxito, recita Machado de Assis para as Sinhás Moças do bairro das Laranjeiras, o hístrio da rua do Lavradio continua a empregar métodos "muy a su sabor".

Entretanto, Cavaleiro o Escudeiro, confundem-se ambos como inimigos do povo. Falsos moralistas, sustentaram o governo Café Filho, um dos mais ilegítimos e corruptos dos últimos tempos. Por todos os meios procuram cassar títulos eleitorais, sob pretexto de fazer guerra ao semi-analfabetismo. Querem reduzir a participação de contingentes mais amplos de eleitores no pleito e chamam a isto luta pela democracia. Ambos são responsáveis pelo estelionato da Carta Brandi e pelo desvio de armas do Exército, como no caso das metralhadoras exibidas na Câmara. Arinos também não deixa de ter uma parte de responsabilidade na exploração política feita em torno do cadáver do major Vaz. Um e outro representam o golpe de 24 de agosto, desfechado contra Vargas, sob inspiração direta da Embaixada Americana.

Ambos devem ser derrotados pelas forças populares que sustentam no Distrito Federal a candidatura Luthero ao Senado.

Convocado o XXI Congresso do PCUS

Em reunião realizada sexta-feira última, o Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética resolveu convocar o XXI Congresso extraordinário do partido, o qual terá início a 27 de janeiro do próximo ano.

O informe de balanço do período compreendido desde o último Congresso, que se efetuou em fevereiro de 1956, será apresentado pelo Primeiro Secretário do PC US, Nikita Kruschiov.

O XXI Congresso do PCUS discutirá o plano de desenvolvimento da economia da URSS de 1959 a 1965.

A reunião plenária do Comitê Central do PCUS, realizada a 5 de setembro, tomou a decisão de afastar do cargo de membro do Presidium do Comitê Central do Partido Nicolai Bulgânin.

semana PARLAMENTAR

PAULO MOTTA LIMA

No Palácio Tiradentes foi recebido pelo Congresso o presidente Gronchi, da Itália. Discursaram os srs. João Goulart, em nome do Congresso, Ranieri Mazzili, em nome da Câmara e Benedito Valadares, em nome do Senado, além do visitante. Nada teve de extraordinário a cerimônia, a não ser o discurso do sr. Benedito Valadares, que aludiu à legenda do Dr. Fausto e às caminhadas de Virgílio pelo Inferno. Sem se dar por satisfeito, o autor do "Espiridão" citou o "Coração", de Amicis, num trecho traduzido para o português de "La piccola vedetta lombarda".

O sr. Benedito Valadares assim começou seu discurso: "És capaz de subir naquela árvore?". "Eu? Naquela árvore? Num minuto!!"

A seguir revelou ao presidente da Itália que "a quase totalidade da atual geração do Senado Brasileiro aprendeu a amar o Brasil amando a Itália, no pequeno livro "Cuore".

Num Senado que aprendeu a amar o Brasil amando a Itália, através das páginas de Amicis, por que teriam escolhido exatamente o sr. Benedito Valadares para saudar o presidente Gronchi?

— X X —

Começa a escassear seriamente o comparecimento. Já houve casos de falta de número para se iniciar sessão de plenário. A Câmara, porém, está aberta como tribuna destinada a acolher protestos contra violências que ocorram às vésperas do pleito. Violências ou pretensas violências.

Do Amazonas chegaram as primeiras notícias de alteração da ordem, através do testemunho de dois homens de imaginação ardente, os srs. Pereira da Silva e Plínio Coelho. O sr. Pereira é governista no plano federal e opositorista no Estado cujos eleitores representa. O segundo, governador em Manaus, é também situacionista no plano federal.

Recebeu o sr. Ranieri Mazzili telegrama em que o sr. Pereira da Silva se apresenta como vítima de uma tentativa de assalto à sua residência, por ordem do governador Plínio Coelho. Informa o deputado que repeliu a agressão a bala. E acrescentou: "De qualquer maneira, se nesta Nação já não houver mais para quem apelar, então que me perdoem, eminentes colegas, mas terei que usar o trabuco e o punhal para vingar-me dos bandidos que retêm o poder em meu Estado".

O Trabuco Amazonense, a Honradez do sr. Carvalho e a Erudição do Senador Valadares

Os primeiros tiros disparados pelo sr. Pereira da Silva foram de revólver e felizmente não atingiram ninguém. Depois disso, promete voltar à carga, de trabuco e punhal, isto é, com as duas mãos ocupadas. Trabuco, no interior, é designação de bacamarte. A medida que a situação se agrava os contadores vão recorrendo a armas cada vez mais primitivas.

Mas o sr. Plínio Coelho também não é de brincadeira. Em telegrama enviado à Câmara chama seu perigoso adversário de "conhecido palhaço e energúmeno". Diz-se o governador ameaçado de morte e de surra, por parte do violento sr. Pereira da Silva. Entretanto, levando o sr. Plínio em conta, ao que parece, sua posição de magistrado em face das contendas políticas, assegura que "as pessoas" dos líderes da oposição serão sagradas e nenhum cabelo (dos líderes, certamente) será tocado sem que o governo empreste toda sua autoridade para o devido resguardo (dos cabelos, certamente).

— X X —

Os srs. Gabriel Passos e Sérgio Magalhães estudam a maneira de dar andamento rápido, depois de 3 de outubro, ao projeto Odilon Braga que determina o levantamento dos bens das empresas estrangeiras de eletricidade. É um projeto mais do que oportuno, em face dos escândalos verificados nos serviços de eletricidade fornecidos por subsidiárias da Bond and Share em Belo Horizonte e Porto Alegre.

Sabe-se que os métodos da Bond and Share são exatamente iguais aos da Light. Uma e outra exploram de maneira a mais desabusada esses serviços, como monopolizadoras de cerca de 90 por cento do fornecimento de força e luz no país.

— X X —

Apresentou o sr. Rogê Ferreira um projeto que declara insubsistentes os prazos previstos em leis de anistia. Nos diversos decretos que regulamentaram leis de anistia houve estabelecimento de prazos para que os interessados pleiteassem o benefício concedido.

Em seu projeto o sr. Rogê Ferreira considera tais prazos ilegais, por serem restritivos e se aplicarem a um estatuto como o da anistia, que é perdão e esquecimento. Em

casos que o representante paulista cita na justificação do seu projeto houve interessados que não tiveram tempo de requerer os benefícios da lei. Assim, na regulamentação verificou-se uma restrição absurda e inadmissível.

— X X —

No desastre que vitimou o candidato a governador do Piauí e o deputado Marcos Parente doze pessoas perderam a vida. Foi um violentíssimo choque de veículos que corriam em sentido contrário, a cerca de cem quilômetros horário cada um.

O sr. José Cândido Ferraz esteve no local do acidente minutos depois e contou na Câmara aos jornalistas detalhes macabros. Na campanha eleitoral anterior houve doze baixas. Não em desastres, mas em choques armados. E falam mal de Alagoas.

— X X —

Embora conhecidos já alguns casos que patenteiam o emprego de corrupção eleitoral por essa vestal mal feita de corpo que é o sr. Jânio Quadros, ainda há muita gente que vai na onda demagógica do governador paulista.

Segundo o testemunho de representantes de São Paulo que ainda freqüentam a Câmara (alguns deles, como o sr. Campos Vergal, não precisam fazer força para conseguir a reeleição), muitos jovens intelectuais do Partido Socialista adotam atitude contemplativa, por exemplo, diante do pupilo do governador, sr. Carvalho Pinto.

Que vêem esses moços de extraordinário no sr. Carvalho Pinto? Apenas uma proclamada honestidade pessoal: "É um homem sério, diz-se. Tão sério que só agora, diante de um livro que lhe mostraram, ficou sabendo que existia petróleo no Brasil. Mostrou-se surpreendido".

Esses admiradores da fabulosa seriedade e da não menos notável ignorância do sr. Carvalho Pinto acrescentam que o candidato do sr. Jânio, assim tão sério e tão mal informado, "é homem capaz de cumprir o que promete".

Só não sabem o que o sr. Carvalho já deve ter prometido, por trás dos bastidores, à corrente de entreguistas e demais cavalheiros de indústria que formam sua base eleitoral, constituída da fina flor da plutocracia paulista.

A Campanha Eleitoral no Estado do Rio

Poucos dias nos separam de 3 de outubro, quando o povo fluminense acorrerá às urnas para eleger os candidatos da Coligação Popular Nacionalista ao Governo do Estado e ao Senado Federal e nacionalistas para a Câmara Federal, Assembléia Legislativa, prefeituras e Câmaras Municipais. A atual campanha eleitoral vem despertando enorme interesse do povo fluminense. Estão inscritos cerca de 850 mil eleitores, entre novos e os que revalidaram seus títulos, representando quase o dobro dos que votaram nas eleições de 1955. Pelo número de votantes e pelo papel cada vez mais destacado representado pelo Est. do Rio na política e na economia do país (aqui se localizam três grandes empresas da indústria básica — Cia. Siderúrgica Nacional, Cia. Nacional de Alcais e Fábrica Nacional de Motores) terá enorme repercussão o resultado destas eleições.

A combinação das forças políticas que disputam as preferências do eleitorado na atual campanha difere bastante das combinações havidas em pleitos anteriores. As questões nacionalistas são a pedra de toque em torno das quais se dividiram os vários partidos e forças políticas. A medida que se aproxima a data do pleito, mais se acentua o crescente processo de polarização de forças entre nacionalistas e entreguistas. Essas as duas forças principais em choque que lutam pelos postos de administração no Estado e por posições na esfera federal.

O fato de que disputem o cargo de Governador, dois candidatos nacionalistas, embora apoiados por forças políticas com posições diversas, demonstra o grau de profundidade atingido pelo movimento patriótico e democrático que galvaniza a opinião pública fluminense.

Contudo, não se trata de homens, mas, sobretudo, das forças políticas que apoiam um e outro candidato, pois, nas condições atuais, os governantes não realizam o que querem, mas o que podem realizar, encontrando-se sob influência e pressão constante das massas e das forças políticas que os cercam. Por condições objetivas favoráveis, mas também e antes de tudo, pela ação dos que defendem mais consequentemente uma política exterior independente e de paz, de defesa e ampliação das liberdades democráticas e de melhoria das condições de vida do povo, foi retirada a candidatura entreguista de Amaral Peixoto ao governo do Estado, graças a sucessivas derrotas a ele inflingidas, se formou uma ampla coligação de partidos (PTB, UDN, PSP, PSD, PDC, dissidentes do PSD, comunistas, etc.) que vieram a apoiar o sr. Roberto Silveira para governador do Estado, Paulo Araújo para vice-governador e Miguel Couto para senador. Em torno do sr. Getúlio Moura uniu-se o que havia de mais reacionário, no Estado, representado pelo PSD amaralista e pela dissidência reacionária da UDN. No processo de polarização de forças em torno de um e outro candidato, ficaram isolados o PSD, do qual se retiraram elementos de real prestígio, e o que havia de mais reacionário na UDN fluminense e nacional (Lacerda, Prado Kelly, Rairundo Padilha, Raul Fernandes, etc.). Essa divisão de forças no plano estadual reflete-se nas composições municipais. Em quase todos os municípios unem-se os partidos coligados em torno de candidatos comuns, o que reforça a coligação em plano estadual.

O nacionalismo é o centro político da campanha eleitoral. Os partidos que compõem a Coligação Popular Nacionalista uniram-se em torno de uma plataforma que visa ao fortalecimento da luta nacionalista e a defesa da soberania nacional e das liberdades democráticas e o progresso do Estado do Rio e a melhoria das condições de vida do povo fluminense.

CARLOS DANIELLI

pular Nacionalista) à Câmara Federal. O sr. Roberto Silveira e o presidente do diretório municipal do PTB lançaram manifesto apoiando o candidato a Prefeito de Niterói, sr. Jose Leoni, apresentado pela UDN, e apoiado por vários partidos e correntes políticas, reforçando mais ainda a Coligação em âmbito estadual.

É significativo o fato de que fossem sistematicamente todas as tentativas feitas por elementos reacionários de isolar os comunistas da campanha eleitoral. Enquanto isso, no campo adversário surge dissensões como o recente rompimento das conversações entre PSD e dissidência da UDN para o lançamento dos candidatos ao Senado da República. Amaral Peixoto lançou-se candidato a senador. A sua derrota nas urnas é questão importantíssima para os nacionalistas fluminenses. A eleição do sr. Miguel Couto Filho que, a par de realizações importantes no governo estadual, garantiu um clima de liberdades democráticas que facilitou o desenvolvimento do movimento nacionalista e ajudou bastante a fortalecer-se a unidade do movimento sindical, é um dos objetivos centrais dos patriotas e democratas fluminenses, que assim demonstrarão nas urnas, seu repúdio à política entreguista do sr. Amaral Peixoto.

Os comunistas do Estado

do Rio apoiam com todas as suas forças os candidatos da Coligação Popular Nacionalista porque estão convencidos de que a vitória dos nacionalistas no pleito de 3 de outubro contribuirá bastante para o desenvolvimento da luta emancipadora que trava o nosso povo.

Apoiando resolutamente os candidatos nacionalistas, os comunistas vêm a frente única em seu sentido mais amplo e compreendem que as várias questões pessoais e de grupos impedem a total adesão de todos os nacionalistas a uma mesma posição eleitoral. Lutamos por atrair todos os nacionalistas para a frente única comum em torno de candidatos comuns, criticamos fraternalmente a posição dos que momentaneamente dividem as forças nacionalistas, mas não os hostilizamos. A defesa da soberania nacional e das liberdades democráticas transcendem os marcos eleitorais. As eleições são uma fase da grande batalha que trava nosso povo, entre nacionalistas e entreguistas, que não parará com a realização do pleito, mas prosseguirá de forma redobrada após as eleições.

Os candidatos nacionalistas que deverão ser eleitos para o governo do Estado necessitam, após o pleito, de uma base política para governar. A eleição de nacionalistas para a Câmara Federal, para a Assembléia Legislativa, pre-

A VISITA DO PRESIDENTE GRONCHI AO BRASIL

NAO foram meramente protocolos as manifestações de simpatia tributadas ao presidente da Itália em sua visita ao Brasil. Nosso povo homenageou na pessoa do sr. Giovanni Gronchi, a nação italiana. Os brasileiros cultuam a paz e a fraternidade entre os povos. Este sentimento de solidariedade humana torna-se ainda mais caloroso diante de um povo como o da Itália. Muito deve a humanidade à cultura italiana. No caso brasileiro, a influência dessa cultura é particularmente marcante, pois o sangue peninsular corre nas veias de milhões de patriotas nossos.

Graças ao espírito democrático de seu povo e em particular à esplêndida combatividade de sua classe operária volta a Itália, mal saída da noite do fascismo, a representar papel preponderante no conjunto das nações. O fascismo pretendeu afogar o sangue o impulso revolucionário do proletariado italiano, dos trabalhadores das grandes fábricas de Turim e Milão, discípulos de Antônio

feições e Câmaras Municipais ajudará à formação de uma sólida maioria nacionalista nas várias casas legislativas federal, estadual e municipais, criando condições propícias para a execução da plataforma em torno da qual se uniram os nacionalistas do Estado do Rio.

Cunha e de Palmiro Togliatti. Entretanto, ao se instalar o fascismo, também nasceu a resistência ao fascismo. Essa resistência, iniciada nos movimentos de protesto contra o assassinato de Matteotti, atravessaria as fronteiras da península para guerrear o franquismo na Espanha. Depois haveríamos de ver os antifascistas italianos entre os «maquis» da França, no combate ao invasor hitleriano. Por fim, a «partigianaria» daria combate mortal aos nazistas de norte a sul da Itália, embora mal ajudada, desajudada ou até mesmo, às vezes, hostilizada pelos altos comandos anglo-americanos, cujas tropas se mantiveram tanto tempo estáticas, diante de Bolonha, que os próprios soldados do 5º Exército irônica e chamavam a Cidade Proibida...

Derrotado o hitlerismo, surgiu a tentativa de transformação da Itália em satélite de Washington, através da ilusória ajuda do Plano Marshall. Esta última tentativa ainda não foi liquidada. Mas é cada dia mais enérgica a luta dos trabalhadores e de todos os patriotas da Itália contra o imperialismo.

Os pronunciamentos do sr. Giovanni Gronchi, em discursos e nos contatos com jornalistas brasileiros, não o afastaram da correta posição de estadista. Inclusive quando lhe falaram, a propósito de telegramas provocativos de agências americanas, de fechamento do Partido Comunista. Respondeu que numa democracia não se pode negar a liberdade a nenhuma corrente ideológica.

Novos rumos para a colaboração italo-brasileira são abertos em acordos firmados nessa visita pelos srs. Giovanni Gronchi e Juscelino Kubitschek. Constituem atos bilaterais de soberania, baseados em situações concretas.

Seria difícil, tratando-se da visita do presidente italiano, deixar-se de confrontá-la com a viagem tão recente do sr. Foster Dulles ao Brasil. A vinda do sr. Dulles determinou gigantesca operação policial contra o povo e seus contatos secretos com o sr. Kubitschek geraram suspeitas que se manifestaram até mesmo em órgãos da imprensa conservadora. Que resultados adviriam da visita do secretário de Estado norte-americano? Tal era a angustiosa indagação.

O presidente Gronchi, porém, foi recebido num ambiente de cordialidade e as conjecturas em torno dos resultados de sua permanência no Brasil não provocaram nenhum pesadelo. É que o intercâmbio italo-brasileiro tradicionalmente se processa em pé de igualdade. O que não acontece nas relações entre o Brasil e a América do Norte, que se processa em termos de colonialismo.

É compreensível, portanto, que os nacionalistas brasileiros, que não hostilizam nenhuma nação estrangeira, tenham recebido de bom grado o presidente de um país tão vinculado ao nosso e que, enquanto nós, aqui, quebramos completamente do imperialismo norte-americano, também luta contra a atitude do Departamento de Estado, o qual pretende eternizar uma insensata política de tutela em relação à Itália e a outros grandes centros europeus de civilização, de cultura e de progresso.

NOTAS sobre LIVROS

* ASTROJILDO PEREIRA *

O livro de Maria Martins ASIA MAIOR, O PLANETA CHINA (Editora Civilização Brasileira) é realmente muito bom, em primeiro lugar, por sua qualidade literária, o que vem a ser propriamente o que se chama de agradável surpresa para quem apenas sabia da autora que era uma escultora de nomeada. De onde se conclui, mais uma vez, que nessas coisas tudo se resume em ter ou não ter talento. O prefácio de Oswaldo Aranha é igualmente uma página literária de timbre excelente, mas aqui já não há surpresa, pois o escritor Oswaldo Aranha sempre coexistiu no orador e no político. Diremos ainda, por amor daquilo que nos parece a melhor verdade, que todas estas excelências não excluem a existência, em suas páginas, de alguns erros de apreciação, de alguns falsos conceitos, de algumas interpretações menos justas. E o que supomos; mas tudo isso é quase nada no conjunto de uma obra volumosa, na qual sobram inteligência, honestidade e coragem.

Depois de breve biografia de Mao Tse Tung e de rápida descrição da viagem de Hong Kong a Cantão, Maria Martins traça o panorama histórico, social, cultural e econômico da velha China anterior a 1949, de modo a oferecer ao leitor um termo de contraste e confronto com a China dos nossos dias, coisa necessária à boa compreensão da imensa obra revolucionária iniciada ali a partir de 1949.

Conhecendo a história antiga e moderna da China até à data da libertação, pôde a ilustre visitante verificar pessoalmente, em muitos setores da vida chinesa atual, o extraordinário avanço realizado pela República Popular. Muitas vezes a sua admiração se divide e oscila entre a maravilha de certos momentos de outrora e o espetáculo que lhe transmite a obra de hoje.

Um exemplo desse tipo é o que vemos na descrição da visita feita ao famoso Templo do Céu, cercado de parques e de bosques. «Nem palavras, nem fotografias, conseguirão jamais descrever a perfeição tranqüila desse templo incrivelmente belo» — eis o que nos diz Maria Martins, com sua sensibilidade de artista comovida no mais alto grau. Mas a mulher de hoje, a viajante, a observadora teve a sua atenção voltada para a multidão de gente «que atravessava os caminhos ensolarados do Templo do Céu, antes vedados ao povo, e reservados ao imperador e seus eunucos». O contraste não parava aí. Em pavilhões laterais instalara-se nada menos que uma exposição de indústria pesada. Gente de todas as idades, operários, soldados, camponeses, desfilava diante das máquinas, interessada e orgulhosa. Maria Martins comenta: «Curioso contraste das duas Chinas ali reunidas. A velha, estática na beleza de sua civilização milenar, indiferente ao mundo que a rodeava; a nova, vibrante, entusiasta, trabalhando sem cessar, para atingir o destino glorioso que ambiciona».

Vejamos o que ela nos conta de outro tipo de contraste, e aqui não entre a China antiga e a China de hoje, mas entre o país governado por Chiang Kai Chek, até 1949, e o país governado pelo Partido Comunista desde 1949. Os pequenos comerciantes eram vítimas de «gangs» organizadas sob a proteção de Chiang Kai Chek, e da desesperada inflação, que levou a China de então à catástrofe econômica e financeira. «O Governo Popular suprimiu a usura que terminara por desgraçar o povo na época

privados tendem a desaparecer, substituídos pelos Armazéns do Estado.

Ainda outra espécie de contraste. Sabe-se que na velha China, como em geral nos velhos países orientais dominados pelos imperialistas, a prostituição e a mendicância eram apresentadas ao mundo como chaga incurável, e eram mesmo um dos mais «pitorescos» motivos de atração turística da gente «blasée» da civilização ocidental. Hoje, constata a autora brasileira, não existe mais na China nem prostituição, nem mendicância, nem casas de ópio, nem miséria maltrapilha. São «chagas» do passado, que se foram com a «chaga» maior — a dominação imperialista.

Maria Martins dedica todo um capítulo do seu livro à «Eva da Nova China», isto é, à situação da mulher no regime instaurado pela revolução de 1949. Neste particular o contraste é realmente o mais importante, não só por sua profundidade e sua extensão, como também porque resume, a bem dizer, todos os outros contrastes. A escritora não oculta o seu entusiasmo, entusiasmo também de mulher: «A maior criação da revolução que transformou a China foi, sem dúvida, a mulher». O entusiasmo é plenamente justificado pelos fatos observados e verificados pela autora. Durante milênios, até 1949, a mulher chinesa era uma escrava, animal de pena ou de prazer, máquina de fazer filhos, gata sensual, objeto de gozo, metade inferior da humanidade, sombra de gente. Depois da revolução, escreve, Maria Martins — «a sombra criou vida, transformou-se, ganhou personalidade e, hoje, é médica, estudante, funcionária, secretária, operária, militar, política, diplomata, tanto faz parte da marinha como do exército e é encontrada tanto nos comitês políticos como nos campos, nas fábricas, nos hospitais e nas universidades».

Os problemas da cultura em seus variados aspectos são tratados com especial atenção. O artesanato, a música, o teatro, a arquitetura, a escultura, a pintura, a literatura fornecem matéria para outros tantos capítulos do livro. A mesma coisa com relação às grandes reformas iniciadas nos domínios da saúde pública, da agricultura e da indústria. Simultaneamente com os dados que vai registrando, a autora vai recheando as suas páginas com reflexões e comentários oportunos, demonstrando sempre boa vontade em compreender o que lhe mostram mas ao mesmo tempo guardando a sua independência de avaliação e julgamento.

Avaliação e julgamento que podem ser resumidos nas palavras seguintes: «A vida do povo chinês, condenado há séculos a privações e miséria, incontestavelmente melhorou; tornou-se mais fácil, mais digna, mais humana». E ainda: «Centenas de milhões de homens que antes viviam maltrapilhos, estão hoje calçados e vestidos decentemente; e as centenas de milhões de antigos esfomeados comem o suficiente para matar a fome».

Na próxima vez voltaremos a tratar do livro de Maria Martins, e então veremos igualmente aquilo que em suas páginas nos leva a formular algum comentário crítico.



Luis Carlos Prestes

SÃO PAULO (Do Correspondente) — Entra a campanha eleitoral no ritmo das retas de chegada. Há grande movimento nas sedes dos Comitês da Coligação Nacional Populista. Barracas de propaganda e distribuição de cédulas funcionam em vários pontos centrais e nos bairros. Sucedem-se os comícios, na capital e por todo o interior.

O Sr. Ademar de Barros continua em intensa atividade, visitando cidades, presidindo grandes comícios. A participação do presidente do PTB, Sr. João Goulart, na campanha constitui outro acontecimento de relevo esta semana. Teve recepção calorosa em Santos, Bauri, Ribeirão Preto, Sorocaba, Santo André e outros centros de maior densidade proletária.

Luis Carlos Prestes participou nesta capital. Realizou, ainda, várias sabinatas em ampliado no bairro da Penha, como o auditório

☆☆☆☆☆☆☆☆☆☆☆☆☆☆☆☆☆☆☆☆☆☆☆☆☆☆☆☆☆☆

Expandem-se na Bahia a Campanha Pela Eleição de Pedreira de Freitas

Realizam-se, cada semana, dezenas de comícios nos bairros e debates nos sindicatos e organizações populares — Repelindo a deserção dos srs. Rômulo Almeida e Alaim Melo da coligação PSD-PTB-PR-comunistas, os trabalhadores baianos cerram fileiras em torno da chapa Pedreira de Freitas - Orlando Moscoso

SALVADOR, setembro (do enviado especial da VOZ OPEÁRIA) — Um interesse popular excepcional cerca as eleições de 3 de outubro próximo. A menos de um mês de pleito, a campanha eleitoral é o assunto que suscita as atenções da opinião pública tanto nas ruas desta velha cidade, como nos bairros distantes, nos sindicatos e locais de trabalho.

Em meio à multidão de candidatos que se apresentam ao eleitorado, há muitos patriotas que se têm destacado nos lutas em prol da emancipação econômica do país. É compreensível que o maior interesse do povo se volte para as candidaturas ao governo do Estado e, nesta Capital, para as que aspiram à Prefeitura.

Embora em quase todas as legendas figurem candidatos de tendência nacionalista, não há dúvida que a coligação de forças políticas que apóia as candidaturas Pedreira de Freitas-Orlando Moscoso é a que, pela sua composição e pelos compromissos assumidos com o eleitorado, melhor expressa o movimento nacionalista.

Essa característica se evidencia, também, nos contatos diretos com o povo

Embora a ditadura Pedreira de Freitas seja o de que se tratava de um nome desconhecido. Na verdade, embora jamais tivesse tido militância em qualquer dos partidos políti-

Ademar, Jango e Prestes falam ao Povo Paulista em Grandiosos Comícios

- ☆ Ganha intensidade a campanha eleitoral em São Paulo
- ☆ Provoca protestos a denegação do registro de dois dirigentes sindicais como candidatos do PTB à Assembléia Legislativa
- ☆ Emociona a opinião pública a morte do dr. Enéas Aguiar, diretor do Hospital das Clínicas, vítima da perseguição de Jânio

das Classes Laboriosas, e nos principais bairros. Em Sorocaba, o dirigente comunista foi entusiasmamente aplaudido num comício de extraordinárias proporções, só comparável ao que se registrou em 1946, em plena legalidade do P.C.B. naquela cidade. Em seu discurso, Prestes argumentou contra a exploração que o sr. Jânio Quadros vem fazendo, ao aumentar os salários do pessoal da Estrada de Ferro Sorocabana, depois de resistir por cerca de três anos a tão justa reivindicação. Desmascarou a insinceridade do governador, cabo eleitoral de Carvalho Pinto; sujeitou as famílias dos ferroviários a fome por tanto tempo, e só agora, com o propósito de caçar votos, assina um ato de comediazinha justa para gloriá-lo depois, dramáticamente.

Registro de candidatos

O Tribunal Regional Eleitoral está, presentemente, julgando os pedidos de registro dos candidatos, alguns dos quais foram impugnados sob a conhecida alegação de serem comunistas. Essas impugnações visam principalmente os dirigentes sindicais, apresentados pelo PTB. Embora alguns pedidos de registro tenham sido deferidos, decidiu o Tribunal, violando abertamente a Constituição, não conceder o registro às candidaturas dos dirigentes sindicais Tenório de Lima, secretário do Sindicato dos Trabalhadores em Laticínios, e Benedito Lucas Sales, presidente do Sindicato dos Gráficos. A decisão tomou por base unicamente as informações arbitrárias da polícia pública do sr. Jânio Quadros, invocando o inconstitucional artigo 58 da Lei Eleitoral.

Dessa decisão infeliz, em que se repete uma jurisprudência atentatória do direito de ser eleito, há um recurso para as instâncias superiores. Avolumam-se os protestos, especialmente no seio do movimento sindical, contra a aberrante aplicação do artigo 58.

Vítima do perseguidor

Continua tendo enorme repercussão a morte do Dr. Enéas Aguiar, diretor do Hospital das Clínicas desta capital, acometido de enfarte do miocárdio quando sobre t.º exonerado, em seguida

☆☆☆☆☆☆☆☆☆☆☆☆☆☆☆☆☆☆☆☆☆☆☆☆☆☆☆☆☆☆



O Sr. Juraci Magalhães é o candidato do golpismo nas eleições para o governo da Bahia. Mas o povo baiano está decidido a derrotá-lo a 3 de outubro.

PORTO ALEGRE (Do correspondente) — A campanha eleitoral no Rio Grande do Sul tem sido de suas características o fato de levar ao debate, não só os problemas mais candentes do Estado, mas também, o que se faz nos comícios e reuniões públicas, que já existem em todo o povo as soluções para problemas como a energia elétrica e o trigo, a produção de outros. Cada cidade, apoiados pelos programas. Muitos comícios têm sido formados no curso de reuniões desse tipo. Na cidade de Cid Sampaio, Vila Municipal, Cid Sampaio e Cid Sampaio, as eleições, inclusive um de mulheres, na Vila Municipal.

Em Porto Alegre vêm-se realizando atos de propaganda dos candidatos

PORTO ALEGRE (Do correspondente) — A campanha eleitoral no Rio Grande do Sul tem sido de suas características o fato de levar ao debate, não só os problemas mais candentes do Estado, mas também, o que se faz nos comícios e reuniões públicas, que já existem em todo o povo as soluções para problemas como a energia elétrica e o trigo, a produção de outros. Cada cidade, apoiados pelos programas. Muitos comícios têm sido formados no curso de reuniões desse tipo. Na cidade de Cid Sampaio, Vila Municipal, Cid Sampaio e Cid Sampaio, as eleições, inclusive um de mulheres, na Vila Municipal.

Expandem-se as idéias nacionalistas. Na fase atual, a campanha realiza-se principalmente no interior, enquanto que, em Porto Alegre, a candidatura do sr. Leonel Brizola ao governo do Estado vem, indiscutivelmente, se fortalecendo, o que reflete a decisão da parte mais esclarecida do eleitorado gaúcho de derrotar, a 3 de outubro, a candidatura das forças

a derrota já prevista do candidato em função de sua sucessão.

mentira do dia

rodapé nos jornais, a data do candidato. O Car-Pinto aproveita-se da do presidente Gronchi capital para uma ex-ção de e'ei oreira. Diz que de sua atividades em ngem ao ilustre visit- O povo comenta, em fa- traque: é a mentira

Avança Para a Vitória a Campanha das Oposições Unidas em Pernambuco

Comícios de milhares de pessoas realizados em Recife e no interior, com a presença do sr. João Goulart — Enquanto isso, os partidários do candidato etelvinista, Jarbas Maranhão, são vaiados pelo eleitorado da capital pernambucana

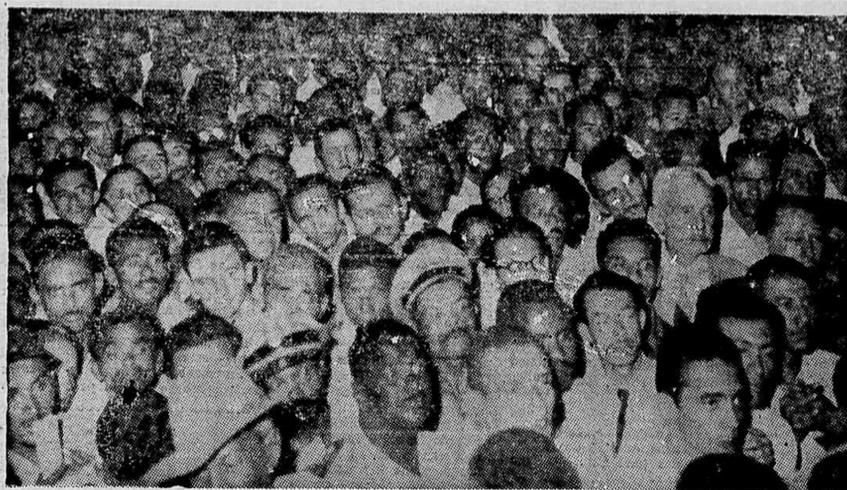
Decisão do Eleitorado Gaúcho: Derrotar Perachi e Eleger Grandes Bancadas Nacionalistas

manifestar sua adesão ao candidato do P.T.B., programando uma série de iniciativas de propaganda da candidatura Brizola. Falando à nossa reportagem, o universitário Joaquim José Felizardo, que é também candidato a deputado estadual (PR), afir-

DECLARAÇÕES DE PRESTES SOBRE O APOIO A BRIZOLA

PORTO ALEGRE (Correspondência especial) — Em entrevista concedida à imprensa gaúcha, Luis Carlos Prestes definiu a posição dos comunistas do Rio Grande do Sul em face da sucessão estadual. Prestes declarou que os comunistas visam fortalecer a unidade das correntes nacionalistas e assegurar a vitória da democracia nas próximas eleições, marchando principalmente ao lado de partidos como o PTB, o PSP e o PSD, que já possuem plataformas nacionalistas e democráticas.

— No Rio Grande do Sul — acrescentou Prestes — é mais difícil. Não temos entendimento direto com a seção gaúcha do PTB. Mas sabemos que, sem dúvida, para derrotar as forças golpistas, só há um caminho a seguir: lutar pela candidatura do sr. Leonel Brizola. É esta a nossa posição. Neste sentido apoia para que os gaúchos exerçam o seu direito de voto e votem bem, assegurando a vitória das forças nacionalistas.



Aspecto do comício realizado na Avenida Dantas Barreto, em Recife, de propaganda da candidatura Cid Sampaio-Pelópidas Silveira, vendo-se parte da assistência que compareceu

veira, falaram nesse comício numerosos oradores, representando as forças que apoiam a candidatura de oposição à oligarquia de Etelvino Lins-Cordido de Farias. Em nome das classes produtoras falou o dr. Rui Pires; em nome da UDN, o sr. João Cleofas; pela dissidência do PSD, o ex-deputado federal Luiz Magalhães Melo; pelos comunistas pernambucanos, o jornalista Paulo Cavalcanti; em nome do Conselho Sindical do PTB, o trabalhador Manuel Vicente Ferreira. O deputado José de Castro foi outro orador no comício, sendo o seu discurso calorosamente aplaudido. Falou também o engenheiro Cid Sampaio, candidato das Oposições Unidas, denunciando a situação de verdadeira calamidade em que se encontra Pernambuco sob o longo domínio da camarilha etelvinista e cometando a população de Recife a assegurar, com os seus votos, a vitória da chapa de oposição, onde se acham os candidatos democratas e nacionalistas.

Em Recife, mais de 10 mil pessoas reuniram-se num comício na Av. Dantas Barreto. Foi um grandioso ato de unidade das forças nacionalistas e uma demonstração impressionante do apoio da população da capital à chapa Cid Sampaio-Pelópidas Silveira. Além do vice-presidente João Goulart, que foi saudado em nome do Recife pelo prefeito Pelópidas Sil-

Perachi, candidato do golpismo. A candidatura do coronel Perachi Barcelos (PSD, PL e CONCLU NA 11ª PÁG.)

manifestar sua adesão ao candidato do P.T.B., programando uma série de iniciativas de propaganda da candidatura Brizola. Falando à nossa reportagem, o universitário Joaquim José Felizardo, que é também candidato a deputado estadual (PR), afir-

PORTO ALEGRE (Do correspondente) — A campanha eleitoral no Rio Grande do Sul tem sido de suas características o fato de levar ao debate, não só os problemas mais candentes do Estado, mas também, o que se faz nos comícios e reuniões públicas, que já existem em todo o povo as soluções para problemas como a energia elétrica e o trigo, a produção de outros. Cada cidade, apoiados pelos programas. Muitos comícios têm sido formados no curso de reuniões desse tipo. Na cidade de Cid Sampaio, Vila Municipal, Cid Sampaio e Cid Sampaio, as eleições, inclusive um de mulheres, na Vila Municipal.

Expandem-se as idéias nacionalistas. Na fase atual, a campanha realiza-se principalmente no interior, enquanto que, em Porto Alegre, a candidatura do sr. Leonel Brizola ao governo do Estado vem, indiscutivelmente, se fortalecendo, o que reflete a decisão da parte mais esclarecida do eleitorado gaúcho de derrotar, a 3 de outubro, a candidatura das forças

José Américo Para o Senado

JOAO PESSOA (Do correspondente) — Ao lado de outras forças nacionalistas e democráticas, os comunistas da Paraíba apóiam a candidatura do sr. José Américo de Almeida à eleição para o Senado. A luta pela senatoria (não haverá eleição para governador este ano na Paraíba) trava-se entre as candidaturas do sr. José Américo e do atual senador Rui Carneiro. Estr. como é sabido, é um homem estreitamente ligado ao grupo Larragóiti (Sul América), tendo sempre se colocado no Senado contra o monopólio estatal do açúcar, que é uma das reivindicações do movimento nacionalista e dos trabalhadores brasileiros.

AS DECLARAÇÕES DO SR. JOÃO GOULART E A FÚRIA DE CERTA IMPRENSA

«O Globo» e a «Tribuna de Imprensa», perfeitamente sincronizados, voltaram-se furiosos contra o sr. João Goulart pelas declarações que fez à imprensa pernambucana, na última semana, o presidente do diretório nacional do Partido Trabalhista Brasileiro. Desta vez, a fúria dos dois conhecidos órgãos de entristimento adquiriu uma violência pouco comum.

Que pecado tão grave teria cometido o sr. Goulart? Na verdade, não se trata de nenhum pecado, mas de ter feito o vice-presidente da República algumas declarações sobre o fato de, em vários Estados, marcharem lado a lado trabalhadores e comunistas no apoio a candidatos que assumiram com o povo compromissos de caráter nacionalista e democrático e cuja eleição, por isso mesmo, corresponde aos interesses do movimento patriótico que cresce incessantemente em nosso país. Em sua entrevista, afirmou o presidente do PTB que, embora não havendo acordos formais entre os trabalhistas e os comunistas, é natural que, em muitos Estados, se aliam essas forças populares, dado o fato de ambas defenderem uma política nacionalista na exploração de nossas riquezas e de lutarem por melhores padrões de vida para os trabalhadores. É precisamente o que se verifica em regiões como São Paulo, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Estado do Rio, Bahia, etc. Nesses Estados, os comunistas e os trabalhistas, ao lado de outras correntes, participam de amplas coligações eleitorais que, segundo tudo indica, serão as vitoriosas no pleito de outubro próximo. A importância dessas alianças não pode deixar de ser reconhecida. Ainda em nossa última edição, publicamos uma entrevista do sr. Ademar de Barros, na qual o presidente do PSP assinava muito bem a significação da unidade das forças populares e patrióticas, tanto em função das eleições como, depois delas, para assegurar a execução de programas de governo que reflitam os interesses da nação e do povo.

O desespero com que a imprensa entreguista reage diante dos passos até agora dados no sentido da unidade dessas forças é, sem dúvida, um seguro indicio de ser este o caminho certo. Sabem perfeitamente os imperialistas norte-americanos e seus agentes, como Carlos Lacerda e João Neves, que a unidade dos nacionalistas, independentemente de suas filiações partidárias e suas convicções ideológicas, será o maior obstáculo à realização de uma política entreguista e de golpes antidemocráticos tipo 24 de agosto. Procuram por isso, através da intimidação, impedir que se unam os nacionalistas. Mas as suas tentativas, como os fatos mostram, estão condenadas ao fracasso.

ARTIGO DE MAURICE THOREZ:

Mentira Cínica Daqueles Que Fabricam a Monarquia



Maurice Thorez

É agora um fato incontestável, até mesmo para aqueles comentaristas da imprensa burguesa que declaram sua concordância submissa de votar em favor da Constituição, que o projeto de Constituição de De Gaulle prevê a criação de um regime monárquico. Um desses jornalistas observava há pouco o «reacionarismo» das instituições propostas e dizia que, no fundo, elas representam «um passo atrás». E as definições como «uma variante de Constituição orleanista», como o restabelecimento da autoridade real deposta em 1848.

Nenhum observador sério contesta esta essência do projeto, cuja sorte deve ser decidida pelo referendário. Com a outorga de plenos poderes ao Presidente, prepara-se a fundação de uma pseudo-república que é de fato uma monarquia.

A República é um regime que reconhece, embora não plenamente, embora mais em teoria do que na prática, a liberdade e a dignidade dos cidadãos. E o que é a monarquia? A resposta a esta pergunta se encontra numa carta de Marx de maio de 1843. Marx escrevia que em princípio a monarquia é o menosprezo, o desdém para com o indivíduo, a privação de toda dignidade humana. O monarca, por sua própria natureza, vê o homem como um ser humilde. «A única idéia do despotismo é o desprezo para com o homem».

O escriba do general-presidente, o redator de sua Constituição, confirmou uma vez mais esta antiga verdade. De fato, somente o completo desdém para com o homem podia levar aos comentários feitos pelo Ministro Debret a respeito do novo artigo incluído no projeto de Constituição contra a vontade dos partidos republicanos.

Como se sabe, esse artigo foi acrescido ao projeto inicial de Constituição pela comissão de laços reunida no Palais Royal (antigo palácio do rei em Paris — nota da Redação), por proposta de seu presidente, Paul Reynaud, coveiro da França, homem promovido por Pétain em 1940.

Em sua entrevista pelo rádio o Ministro Debret declarou:

«Não sei como será aproveitado este dispositivo. Mas considero indigno que alguns possam chamar-se de franceses e democratas e ao mesmo tempo lutarem contra a França e a democracia».

Dal concluir-se que membros do atual governo tentam apresentar-se como porta-vozes da nação e da democracia. É uma cínica mentira, francamente repulsiva.

Estranho democrata aquele que tomou o Poder através do putch de 13 de maio, aquele que a ninguém representa na França, que mal recebeu 5 por cento de votos dos eleitores nas últimas eleições parlamentares!

Maravilhosa «democracia», essa democracia à imagem da Argélia, a imagem dos «Comitês de Salvação Pública» que erigem a liquidação de todos os partidos e se pro-

clamam os únicos representantes da soberania popular! A 23 de agosto foi anunciado na imprensa que em Saint-Nazaire o «comitê de salvação pública» criado segundo o modelo argelino, avisou ao prefeito que os membros do Comitê tencionavam «fuzilar sumariamente todas as pessoas suspeitas». Os constantes ataques contra organizações operárias, contra jornais democratas, contra militantes republicanos, que não cessaram no curso dos últimos meses, mostram claramente o que significa a «democracia» dos putchistas.

Mas agora, depois que os dirigentes do complot fascista cozinharam uma Constituição para a França, como colocam eles a questão de sua aplicação de 28 de setembro? Eles dizem aos cidadãos: «Ou vocês a aprovam de olhos fechados, ou iniciaremos a guerra civil. Vocês são livres, mas com uma condição, devem atuar tal como nós queremos». Na sua opinião, os eleitores, ao participarem do plebiscito geral, devem ser fiéis serviais dos coronéis das unidades de paraquedistas, instigadores do putch militar.

Nosso povo sabe quanta demagogia está contida nesta manobra, que visa a intimidação. E compreende também quanto menosprezo pelo homem, quanto escárnio à democracia existe nesta linha de conduta.

Realmente, vai ser bastante difícil para o sr. Debret barrahar as cartas! Ser-lhe-á muito difícil provar que, ao desmascarar-se a cínica ameaça de emprégo da força nas eleições gerais, ao lutar-se contra a tentativa de dissolver a Assembleia Na-

cional eleita pelo povo soberano, salvaguardar as liberdades públicas, permanecer fiel ao velho princípio — «Ninguém nos ofertará a libertação: nem Deus, nem o rei, nem os heróis» — que isto significa ser... inimigos da democracia!

Os atuais ministros não têm o direito de atuar como juizes na questão da dedicação dos partidos à nação e à pátria.

Realmente, aquele que considera e declara que a época das relações baseadas no princípio da força entre nosso país e os territórios de além-mar pertence para sempre ao passado e que essas relações devem ser substituídas por novas relações baseadas na independência e nos interesses recíprocos — é «um mau francês». Nenhuma pessoa sensata pode proferir semelhante opinião. Pois é de todo evidente que semelhante política permitiria, por exemplo, manter o Viet-Nam nos quadros da atual União Francesa. A política de mudança de uns governos por outros, a ação submetê-los, conduziria, ao contrário, à liquidação dessa mesma possibilidade.

Por acaso se encontram cegos os que consideram «bons franceses» aqueles que mergulham o nosso país numa guerra colonial, aqueles por cuja culpa o nosso país se emporcalhou na guerra da Argélia, por cuja culpa a nossa juventude derrama seu sangue, aqueles que lançam ao sorvedouro da guerra centenas de bilhões de francos que deveriam ser empregados na satisfação de necessidades inadiáveis de nosso desenvolvimento e que, no fim de contas, cavam um abismo infranqueável entre a França e os territórios ultramarinos?

Quem é «bom francês»: os que tudo fazem para conservar Speidel (general nazista alemão. — N. da R.) à frente do Exército francês ou os que se pronunciam contra ele?

Quem é «bom francês»: aqueles que submetem toda a política externa do país aos interesses e planos do imperialismo americano, como o demonstra uma vez mais a última declaração de nosso Ministro do Exterior na ONU, ou aqueles que se pronunciam pela independência, a soberania e a conservação da dignidade da França?

Por acaso para ser «bom francês» é necessário separar Aaccio (capital da Corsega — Nota da Red.) da República, tecer constantes conspirações, tudo fazer pelo despoçamento da França?

O Ministro da Justiça do governo de De Gaulle revelou evidente imprudência ao acusar seus adversários de «lutarem contra a França». Esqueceu-se ele de que os vichystas (o governo fantoche de Pétain depois da ocupação da França por Hitler — Nota da Red.) acusaram disso o próprio De Gaulle.

É verdade que agora De Gaulle e os vichystas se corcioram. Por isso, os partidários do general-presidente, de maneira perfeitamente compreensível, são obrigados a lançar mão novamente, contra o movimento operário, de velhas calúnias utilizadas pelos partidários de Pétain — de Maurras contra Jaurès e, depois, contra os comunistas. Ainda Napoleão III, ao con-

duzir a França pelo caminho que terminou em Sedan (em 1871 na guerra franco-prussiana, próximo à cidade de Sedan, capitulou o exército francês juntamente com Napoleão III — Nota da Redação), levava ao banco dos réus os dirigentes dos trabalhadores como «maus franceses», ordenava a dissolução da seção francesa da Primeira Internacional.

Os fascistas lançaram-se à repressão não somente contra o partido da classe operária. Por acaso já agora a etiqueta de «mau francês» não se dá a todos os que não aprovam os métodos adotados na Argélia, que criticam a guerra colonial, que, na política exterior, são contrários à incondicional submissão aos Estados Unidos?

O Ministro de Informações, Soustelle, mostrou claramente a que ampla escala atinge a «caça aos vermelhos» ao afirmar que se pretende entregar o rádio aos parasitas degaullista, que o rádio estava «colonizado pelos comunistas», em cujo número incluiu os socialistas e os adeptos de outros partidos.

Na Argélia, a cada um que demonstra discordância com o general Massu, imediatamente se afixa o rótulo de «comunista» ou, o que muda pouco, de «progressista», «neutralista».

Hoje, juntamente com os comunistas, recebem golpes todos os partidos e todas as pessoas que não concordam com o putch, que não renunciam à sua liberdade, que não se submetem à ditadura.

Para os grandes males, grandes remédios. Não deverão, todos aqueles que se encontram ameaçados, unir-se imediatamente para dar grandes proporções à campanha do «NÃO» por ocasião do referendário, para por em ação

todas as forças democráticas a fim de salvar a República?

Já é tempo de compreender-se que a divisão dos republicanos só faz favorecer a insolência dos putchistas. Manter esta divisão significa brincar com o degaullismo, preparar o terreno para

a reação e o poder monárquico.

Lo contrário, é preciso que todos os homens, todos os partidos que prezam as liberdades republicanas, se unam, e então, a 28 de setembro, graças à sua unidade, o não será vitorioso.

Dicionário

Crítério da Verdade — Entende-se por critério da verdade a prova da validade de nossos conhecimentos, o índice que confirma a justeza de nossas idéias e mostra em que medida nossas sensações, representações e conceitos correspondem à realidade objetiva. Somente quando se faz uso dos elementos capazes, cientificamente, de demonstrar onde está a verdade ou o erro é que se pode chegar a uma conclusão válida acerca da justeza ou não de determinada maneira de pensar e agir. Esses elementos, precisamente, é que constituem o critério da verdade.

Segundo os idealistas, o critério da verdade reside não na concordância entre as teorias e a realidade objetiva, mas nas próprias sensações, idéias e noções dos homens. É, como se vê, uma forma de fugir à verificação da verdade, de escapar à experiência. De acordo com os idealistas qualquer tese poderá ser verdadeira, por mais falsa que seja de fato, uma vez que para eles a questão de acerto ou do erro se resolve subjetivamente.

Os materialistas pré-marxistas não chegaram a compreender esse problema em toda a sua profundidade. Eles desligavam o processo do conhecimento do desenvolvimento histórico da sociedade. Mesmo aqueles que propunham a prática como critério da verdade possuíam uma concepção estreita, excluindo a prática histórica, a atividade dos homens no processo da produção. Não tendo descoberto a luta de classes, não compreendiam a ligação recíproca entre o processo do conhecimento e a prática social.

O marxismo dotou o conhecimento humano do critério científico para distinguir a verdade do erro, para submeter cada verdade a uma verificação exata e segura. Esse critério — o critério da verdade — é a prática humana, a atividade dos homens na produção, a indústria, a ação revolucionária das massas. Assim, a verdade dos conhecimentos ou da teoria não é definida segundo as sensações subjetivas, as idéias ou os desejos que se tenha, mas segundo os resultados da prática social objetiva. Isso significa, como diz Mao Tsé-Tung, que «se os homens se esforçam para conseguir resultados em seu trabalho, isto é, ter os resultados esperados, eles devem colocar suas idéias inteiramente de acordo com as leis do mundo objetivo que nos cerca, do contrário estão condenados a sofrer uma derrota na prática». Decorre daí a necessidade da luta contra o subjetivismo e de sua eliminação no movimento revolucionário.

Em suma: o critério científico da verdade é a prática. Somente os conhecimentos, as teorias, as idéias ou os planos que estejam de acordo com a realidade objetiva e sejam comprovados pela prática são verdadeiros.

VIDA DOS PARTIDOS COMUNISTAS E OPERÁRIOS

XVII Congresso do PC do Uruguai

Em número anterior divulgamos algumas informações sobre o XVII Congresso do Partido Comunista do Uruguai, realizado de 15 a 17 de agosto.

Hoje, oferecemos aos leitores de VOZ OPERÁRIA novos detalhes do referido Congresso.

A ele estiveram presentes delegações dos Partidos Comunistas da Bulgária, França, Argentina, México, Chile, Venezuela, Colômbia, Espanha, México, Paraguai, entre outros.

Na sessão inaugural do Congresso foi lida uma mensagem do PC da União Soviética, e posteriormente do PC da China e dos partidos comunistas e operários das democracias populares.

Dos trabalhos do Congresso participaram 269 delegados das organizações do Partido e 26 da União da Juventude Comunista. Dos delegados do Partido, 167, eram operários, 19 empregados, 37 intelectuais, 3 assalariados rurais, 6 camponeses, 4 de outras camadas e 4 apo-

sentados. Dos 269 delegados, 14 eram mulheres.

O informe de balanço dos trabalhos do Partido foi apresentado pelo Secretário do PC, R. Arismendi. O informe tratou inicialmente das grandes lutas verificadas no mundo e no Uruguai entre o 16º e o 17º Congressos e as grandes contribuições dadas ao movimento comunista mundial pelo XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética e a reunião dos Partidos Comunistas e Operários realizada em Moscou em novembro de 1957. Arismendi destacou que a nossa época se distingue pela passagem do capitalismo ao socialismo e o avanço triunfal do sistema socialista mundial encabeçado pela União Soviética, com a vitória do marxismo-leninismo. Acusou o imperialismo norte-americano de intensificar suas provocações para desencadear uma nova guerra e conclamou à ampliação da luta pela paz. O informe de Arismendi repele firmemente as teses dos revisionistas lugos-

O sr. Mário Barbosa não tem o apoio dos comunistas de Barretos

Escrevem-nos leitores da cidade de Barretos (São Paulo) pedindo esclarecer que o sr. Mário Barbosa da Silva, que vem se apresentando como candidato a deputado estadual nas próximas eleições, não conta com o apoio dos comunistas de Barretos, de cujas fileiras não mais participa. Também o sr. Orlandino Martins, que se aliou ao sr. Mário Barbosa da Silva na propaganda de sua candidatura, está desautorizado a falar em nome dos comunistas de Barretos, com os quais não tem nenhuma ligação.

Entusiasmo e Eficiência na II Convenção Dos Trabalhadores do D.F.

Debates nas Comissões — Revisão do salário mínimo — Liberdade sindical na prática — Previdência social, problema permanente — Os entraves na Justiça do Trabalho — Reafirmação dos princípios nacionalistas

ENCERROU-SE no dia 6 a II Convenção dos Trabalhadores no Distrito Federal. Ao ato de encerramento compareceram o Vice-Presidente da República, Sr. João Goulart, o Ministro do Trabalho, sr. Fernando Nobrega, o representante do Ministro da Guerra, presidentes e delegados regionais das instituições de previdência social, presidentes da CNTI, CNTT, CNTC e CONTEC, dos trabalhadores de São Paulo e outras personalidades.

O auditório do IAPC estava completamente lotado. Vibrou de entusiasmo quando foram dadas a conhecer as conclusões e as moções, notadamente as referentes aos princípios nacionalistas e à conquista da liberdade sindical. Essas demonstrações patentearam a disposição dos trabalhadores em levar à prática as resoluções tomadas.

Como trabalhou a Convenção

Nos dias 3 e 4 os convencionais se reuniram em seis comissões para estudar e deliberar sobre os termos constantes da ordem do dia.

Um fato que devemos ressaltar é que a maioria esmagadora dos convencionais participou dos trabalhos. Embora o Regimento prevesse um prazo para encerramento dessas reuniões, os trabalhos se prolongaram até a madrugada. Houve um grande interesse na discussão, cada qual trazendo fatos e exemplos em favor de suas teses e propostas.

Os 525 delegados inscritos e mais outros trabalhadores participaram desses debates.

Foi uma demonstração viva da democracia sindical. Discutiram em pé de igualdade dirigentes e trabalhadores, sem a presença de técnicos e assessores do Ministério do Trabalho.

Pela revisão do salário mínimo

Os convencionais decidiram organizar imediatamente a campanha de revisão do salário mínimo. Não se estabeleceu o «quantum» de sua elevação, apesar de haver várias sugestões a esse respeito. Uma reunião dos vogais dos empregados na Comissão de Salário Mínimo, agora já organizada, com os diretores das organizações sindicais, examinará as propostas feitas e se estabelecerá em princípio a porcentagem a ser pleiteada.

A primeira tarefa consiste em aprovar o caráter de excepcionalidade de revisão.

A liberdade sindical na prática

Resolveu-se a imediata modificação nos Estatutos dos Sindicatos, introduzindo-se as últimas conquistas democráticas, principalmente a oficialização e respeito aos organismos nos locais de trabalho, garantia para os diretores e delegados sindicais, as normas de eleição sindical de acordo com as condições da entidade sindical e sua categoria profissional, democratização das federações e confederações, anistia para todos os trabalhadores afastados de seus sindicatos em virtude de punições e para os sindicatos que não podem participar das federações por

várias causas. Nesse terreno se recomendou que essas modificações e essas medidas independem de quaisquer outras decisões.

Previdência Social — o problema permanente

Reclamar a aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social que está no Senado Federal — foi exigido por todas as teses e propostas apresentadas sobre o assunto.

O sistema assistencial foi duramente criticado. Reclamou-se a construção de casas, hospitais, ambulatórios.

Finalmente, a concessão de aposentadoria ordinária está sendo travada de todos os modos, sendo feitas várias sugestões para melhorar o sistema de sua concessão.

Justiça do Trabalho — liquidação dos entraves que a tornam deficiente

Com abundantes debates foi abordado esse problema por dirigentes sindicais que estão diariamente atuando nas Juntas e no Tribunal Regional do Trabalho. Um dos assuntos mais discutidos foi

Conclui na 11ª pag.



Na sessão de encerramento da II Convenção dos Trabalhadores do Distrito Federal, o sr. João Goulart, vendo-se a mesa, parte da assistência.

Medidas de Emergência Para Sustar a Capestia

MENSAGEM DOS TRABALHADORES CARIOCAS AOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

A II Convenção dos Trabalhadores do Distrito Federal aprovou a seguinte mensagem aos Poderes Executivo e Legislativo:

«Os trabalhadores do Distrito Federal se sentem bastante alarmados com a elevação constante do custo de vida verificado nesses últimos meses e

que, na prática, vem anulando o poder real dos atuais salários e mesmo da queles recentemente elevados.

Diariamente novos e incessantes aumentos de preços são observados para os artigos de alimento e consumo popular, nos serviços de transportes, de recreação e outros, tor-

nando-se difícil, cada vez mais, a vida da população carioca, particularmente dos trabalhadores.

Tais acréscimos se dão precisamente no momento em que os trabalhadores e suas entidades sindicais se mobilizam para reverter os atuais níveis de salário mínimo, prevenindo-se desde já, que, quando os mesmos forem revisados, estarão superados pela onda de aumentos dos preços.

A II Convenção dos Trabalhadores no Distrito Federal, reunida entre os dias 2 a 6 do corrente mês, vem pela presente solicitar medidas de emergência, no sentido de sustar a elevação do custo de vida, pois tais medidas se tornam mais do que nunca necessárias para garantir o nível de vida do povo, ameaçado pela ganância desenfreada dos especuladores».



Roberto Morena

APLICAR AS RESOLUÇÕES DA II CONVENÇÃO DO D.F.

A II Convenção dos Trabalhadores no Distrito Federal constituiu uma demonstração incontestável da unidade consciente do proletariado e do movimento sindical da capital da República. Durante cinco dias, 525 delegados, representando 44 entidades sindicais sediadas no Distrito Federal, discutiram com profundidade os problemas constantes da Ordem do Dia.

O material enviado à consideração dos convencionais constituiu um grande manancial de estudo, observações e sugestões que não pôde ser examinado devidamente nas reuniões das Comissões e Sessões Plenárias. Deve ser sistematizado e entregue a todos os organismos sindicais para um estudo mais minucioso. Razão, pois, têm os organizadores da II Convenção, em dizer que ela não terminou no dia 6 de setembro. Agora é que começa sua nova e mais importante fase: a sua aplicação.

Duas grandes linhas mestras conduziram os trabalhos do conclave: a necessidade de modificar a atual estrutura sindical, obsoleta, em contraste com o avanço das conquistas da liberdade e autonomia sindical e a reafirmação dos princípios nacionalistas e patrióticos, que constituem a orientação política do movimento sindical.

Mas a luta pela liberdade sindical já não pode ficar apenas no terreno das palavras. A II Convenção concluiu pela imediata aplicação das medidas necessárias e inadiáveis: reforma dos estatutos, com a introdução de todas as últimas conquistas democráticas, respeitando-se a característica de cada categoria profis-

sional, mas, fundamentalmente, levando a organização às fábricas, nos locais de trabalho. Ampliar, fortalecer suas raízes nas fábricas, eis uma tarefa primordial do movimento sindical. Sem isso não consolidaremos a unidade, a liberdade sindical e nem poderemos com eficiência ver aplicada a legislação Social em toda a sua extensão.

Com organismos sindicais de numeroso quadro social, poderemos lutar contra as deficiências da Justiça do Trabalho e da Previdência Social, tão seriamente criticadas no conclave encerrado no dia 6.

Das campanhas imediatas ressalta a conquista dos novos níveis de salário mínimo. Não se pode confiar em declarações e promessas. Torna-se necessário lutar, reunir e mobilizar os trabalhadores.

Uma das mais justas críticas feitas na II Convenção foi a de que as decisões da I Convenção, realizada em 1957, não foram, em grande parte, cumpridas. Alegou-se, ainda, posteriormente a esse conclave, não se ter discutido nos sindicatos e nem se ter levado as conclusões ao exame dos trabalhadores. Ambas as críticas têm perfeita razão de ser. Se realizamos esse conclave foi para aplicar suas resoluções. Só assim é que saberemos se elas foram justas, exequíveis e se corresponderam aos anseios e objetivos da massa laboriosa.

Eis a grande tarefa que temos pela frente. Com a disposição demonstrada pelos convencionais podemos concluir que essa tarefa será cumprida.

Uma última observação. Realizada a II Convenção em meio da luta eleitoral, a unidade dos trabalhadores e do

movimento sindical foi mantida. O seu programa e seu plano de luta estarão à disposição de qualquer candidato que quiser adotá-lo ou defendê-lo. O programa é produto do pensamento unitário da classe operária. Pode também unir a vontade dos trabalhadores no apoio aos candidatos saídos do seu seio e que adotam o nacionalismo como linha de conduta política.

MANUTENÇÃO DA PAZ E DEFESA DO PROGRESSO

FOI aprovada, na II Convenção dos Trabalhadores Cariocas, a seguinte «Moção em favor da paz»:

«No meio das dificuldades, tormentas e angústias que afligem o mundo inteiro, vai-se afirmando, cada vez mais, a convicção de que só com a paz é que se podem resolver os conflitos entre as nações.

Todas as conquistas da ciência estão sendo postas a serviço do progresso e do bem-estar da humanidade. Esta é uma conquista efetiva da paz mundial. Por isso, a cada ação positiva de conferências, congressos e reuniões da ONU, os povos se sentem felizes, aliviados da ameaça de uma iminente hecatombe.

A realização da II Conferência Internacional de Átomos para a Paz, realizada em Genebra, é um ato concreto de paz. Além do mais, deu-se um passo sério no sentido do aproveitamento de energia atômica para fins pacíficos e progressistas.

O sr. Dag Hammarskjöld, Secretário Geral da ONU, declarou nessa importante Conferência:

«Em inúmeros países pergunta-se, agora, com insistência, em qual momento a energia atômica poderá contribuir para a elevação do padrão de vida das nações».

Tão significativa pergunta traduz o sentimento dos povos de todo o mundo, que é também o nosso.

A II Convenção dos Trabalhadores no Distrito Federal, expressando o pensamento de todos os trabalhadores da capital do país, envia seus aplausos e seu integral apoio a essa grande iniciativa, bem como suas saudações à ONU, ainda exortando o Governo da República, os parlamentares e os cientistas brasileiros, a fim de que o Brasil adira a essa obra construtiva e contribua plenamente para a manutenção da paz e defesa do progresso e do bem-estar da humanidade».

Treze Federações e a CNTI convocam a

II CONFERÊNCIA ESTADUAL INTERSINDICAL DE S. PAULO

Relatórios da Mesa e das Comissões eleitas na I Conferência, salário mínimo, custo de vida e contenção de preços os problemas a serem discutidos

DEVERÁ realizar-se amanhã, em São Paulo, a II Conferência Intersindical Estadual. A importante reunião dos trabalhadores paulistas discutirá a seguinte ordem do dia:

- Relatórios da Mesa, e das Comissões de Previdência Social, Direito de Greve e Imposto de Renda, eleitas na I Conferência;
- Salário-Mínimo, rezoneamento;
- Custo de Vida e Contenção de Preços.

13 FEDERAÇÕES E A CNTI CONVOCAM O CONCLAVE

A Conferência é convocada pela delegação da CNTI em São Paulo e por 13 Federações, a saber: Federação da Construção e do Mobiliário, da Alimentação, Transportes Rodoviários, Gráficos, Vidreiros, Comércio Hoteleiro, Papel e Papelão, Fiação e Tecelagem, Comerciais, Vestuário, Bancários, Metalúrgicos, Químicos e Farmacêuticos e Comunicações e Publicidade.



Ferrovários da Leopoldina Lutam Pela Reparação de Antiga Injustiça

A ameaça de greve na Estrada de Ferro Leopoldina foi momentaneamente afastada pelo acordo a que se chegou na Comissão Mista, composta de representantes da Rede Ferroviária Federal, da Leopoldina, do Ministério do Trabalho e do Sindicato, para estudar as reivindicações dos trabalhadores. Pelo referido acordo, o Sindicato suspendeu as medidas que vinham sendo tomadas para obter uma solução do problema através da greve, até que haja decisão final na Justiça sobre qualquer das demandas apuzadas pelos trabalhadores. Ao mesmo tempo, a Rede Ferroviária Federal e a Leopoldina cederam à exigência do Sindicato, nomeando uma Comissão, da qual faz parte o presidente do órgão de classe dos trabalhadores para proceder à atualização e efetivação das promoções do pessoal, à efetivação dos empregados nos cargos que estão ocupando interinamente, preenchimento de vagas existentes nos cargos de livre escolha, e reestruturação dos quadros.

Consequência do golpe de agosto de 1954

O que os ferroviários exi-

gem é a reparação de uma antiga injustiça. Já é tradicional entre os ferroviários que os direitos dos residentes no Distrito Federal sejam estendidos aos trabalhadores de toda a Estrada. Assim, em 1954, quando se tratava do salário-mínimo dos ferroviários da Leopoldina, o coronel Gazipo Chagas Pereira, então diretor da ferrovia, publicou boletim nesse sentido. Mas, com o golpe de 24 de agosto o coronel demitiu-se e o novo diretor nomeado pelo governo de Café Filho não quis respeitar o disposto no boletim 31, e, além disso, incorporou ilegalmente aos salários dos trabalhadores o abono variável de 840 a mil cruzeiros que vinha sendo pago. Lutando contra essa injustiça os ferroviários foram à greve. Houve então violências e intervenção no Sindi-

catado. E a Justiça do Trabalho decidiu contra os trabalhadores. Associados do Sindicato dirigiram-se então à Junta Intervertores, fazendo ver que os ferroviários estavam sendo esouilhados. Mas a Junta estava ali para servir aos interesses dos que a haviam nomeado, e por isso não tomou conhecimento das reclamações. Muitos associados, em vista disso, constituíram advogado e entraram com a questão na Justiça do Trabalho. Esta começou a dar ganho de causa aos trabalhadores em separado, daquilo que antes lhes negara coletivamente.

Recuperado o Sindicato

A Leopoldina veio recorrendo das sentenças dadas em favor dos trabalhadores, não obtendo melhor resultado nas suas apelações. Várias das causas ajuizadas dependem agora de publicações de acórdão, após o que mais uma vez, certamente, a Estrada apelará, dando margem a que o Supremo Tribunal Federal se pronuncie em última instância.

Enquanto isso, o Sindicato, cuja direção, em 1957, foi recuperada pelos trabalhadores, iniciou a luta pelo reconhecimento dos mesmos direitos aos associados que não ajuizaram suas causas e ficaram aguardando pelo desfêcho do litígio coletivo. Daí o surgimento da possibilidade de greve e a formação da Comissão Mista, de representantes das empresas, do Ministério do Trabalho do Sindicato, para tratar do assunto.

Na referida Comissão, a Estrada e o Sindicato concordaram com a proposta apresentada pelo Ministério do Trabalho, de aguardar que haja coisa julgada na Justiça em qualquer das demandas ajuizadas, após o que a Comissão prosseguiria com os seus trabalhos, comprometendo-se o Ministério a empenhar-se para apressar o julgamento. O presidente do Sindicato solicitou que em aditamento da citada proposta fossem atendidas as aspirações dos ferroviários quanto à utilização das promoções, efetivação dos empregados nos cargos que estão ocupan-

do interinamente e preenchimento das vagas existentes, e reestruturação dos quadros do pessoal. Para dar cumprimento a essa parte do acordo o superintendente da Leopoldina se resignou e empossou os membros de uma comissão a qual também participa um representante dos trabalhadores.

Trabalhadores da construção civil e do mobiliário

REALIZADO COM ÊXITO EM SÃO PAULO O II CONGRESSO ESTADUAL

Pela aprovação imediata da Lei Orgânica da Previdência Social — Aplauso às declarações de Lott sobre a Petrobrás — Em marcha para o I Congresso Nacional da categoria

Entre 27 a 30 de agosto, realizou-se em São Paulo, com pleno êxito, o II Congresso Estadual dos Trabalhadores de Construção Civil e do Mobiliário, promovido pela Federação das categorias profissionais que a integram.

O certame, que teve a participação de 28 Sindicatos e duas Associações, contribuiu grandemente para o fortalecimento da unidade dos trabalhadores daquele setor.

Resoluções tomadas

No que se relaciona com as reivindicações específicas da classe operária, o Congresso, seguindo a linha dos demais certames e trabalhadores que vêm se realizando, tomou re-

- ◇ O II Congresso Nacional dos Metalúrgicos deverá realizar-se de 7 a 12 de abril de 1959 em São Paulo.
- ◇ O Ministro do Trabalho deferiu os pedidos de reconhecimento para 3 novos Sindicatos de Trabalhadores do Estado de São Paulo: Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Óptica, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Olaria e da Cerâmica para a Construção, de Mogi das Cruzes e Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Escóvas e Pincéis, de São Paulo.
- ◇ Os funcionários públicos municipais de Santos pleiteiam aumento de vencimentos. Nos entendimentos com o prefeito, ficou acertado que o aumento, cujo montante ainda deve ser fixado, será concedido a partir de janeiro de 1959.
- ◇ Os trabalhadores em Padarias, Confeitarias e do setor de bolos, do Distrito Federal, preparam-se para iniciar campanha por aumento de salários.
- ◇ Sob a pressão dos protestos que se verificam em todo o país, contra o veto à emenda da Lei de Aposentadoria, prevendo o reajustamento dos proventos de aposentados e pensionistas, o Executivo estaria disposto a reconsiderar o referido veto. É o que teria declarado o presidente Juscelino Kubitschek a cerca de 200 membros do Comitê Nacional de Defesa da Previdência Social, em audiência nos últimos dias do mês de agosto.
- ◇ Os portuários de Recife conquistaram um aumento de 30% nos seus salários.
- ◇ Os vidreiros de São Paulo pleiteiam um salário mínimo de 7.500 cruzeiros para poder fazer frente à carestia de vida.
- ◇ O TRE de São Paulo concedeu o registro eleitoral ao líder sindical, Salvador Romano Lossaco, candidato a deputado federal, desprezando, dessa forma, a impugnação do DOPS do sr. Jânio Quadros.
- ◇ Os funcionários públicos federais do Estado de São Paulo, em reunião no dia 4 último, tomaram várias resoluções visando a intensificar a luta pela aprovação do Plano de Classificação com aumento antes das eleições.
- ◇ Está em preparação um Congresso Nacional dos Trabalhadores Têxteis.

Moções aprovadas

No Congresso não esteve ausente o interesse pelos problemas relacionados com os direitos democráticos e o desenvolvimento econômico do país. Assim, entre as moções aprovadas destacam-se uma de apoio e simpatia aos pronunciamentos do general Lott sobre a Petrobrás, e outra recomendando ao presidente da República, à Câmara e ao Senado, medidas visando o reatamento de relações com todos os países do mundo.

Em marcha para um Congresso Nacional

Ante o êxito obtido pelo certame, os congressistas decidiram empregar todos os seus esforços no sentido de realizar o I Congresso Nacional dos Trabalhadores da Construção Civil e do Mobiliário, o que deverá verificar-se no próximo ano.

Salário Mínimo

ANTES DE TUDO, APROVAR A REVISÃO IMEDIATA

A discussão da elevação dos níveis de salário mínimo, que desde o início do ano preocupa a todos, veio desta vez acompanhada de uma série de ideias, que não são novas, mas que pela primeira vez são discutidas com tanta intensidade. São as referentes à necessidade de computar nos cálculos do salário mínimo as despesas indispensáveis à educação, recreação, etc. Ainda agora, foi apresentado à Câmara Federal um projeto prevendo que nos referidos cálculos, entre outros itens, seja levada em consideração a formação de reservas econômicas que previnam os períodos de desemprego, tratamento médico e

dentário periódico e para fazer frente aos desníveis constantes do custo de vida.

Tudo isso é muito justo e necessário, mas, enquanto de todos os lados acenam para o pobre com esmolas tão gordas, os trabalhos das Comissões de Salário Mínimo não marcham. Ao ventilar a questão, a II Convenção dos Trabalhadores do Distrito Federal, manifestando-se pela revisão imediata do salário mínimo, ressaltou que o primeiro passo é conseguir a aprovação da excepcionalidade da medida.

Os trabalhadores e suas entidades precisam dedicar mais atenção ao problema,

exigindo das Comissões e das autoridades a rapidez que a situação exige. Particularmente os trabalhadores cariocas sentem a necessidade de empenhar-se a fundo para pôr em prática o que resolveram em sua recente Convenção, o que certamente refletirá de forma decisiva sobre o andamento da questão em todo o país. Do contrário, antes que se esgote o prazo regulamentar para a revisão dos níveis mínimos de salário não teremos a elevação nem nos novos nem nos velhos moldes e, passado o mês de outubro, talvez desapareça até a boa vontade demonstrada por certos senhores apenas em palavras.

20% DE AUMENTO PARA OS SAPATEIROS

Recusada pelos trabalhadores a cláusula da insuficiência econômica das empresas — Os operários não podem responder com o seu salário pelos deficits dos empregadores

OS trabalhadores na indústria de calçados do Distrito Federal estão em vias de ratificar o acordo concluído com os empregadores estabelecendo um aumento de 20% nos salários que vigoravam em agosto de 1957.

Os entendimentos, iniciados há cerca de dois meses, haviam entrado num impasse em virtude de os empregadores apresentarem a exigência que o aumento entrasse em vigor somente 60 dias após a assinatura do acordo e exclusão do mesmo os trabalhadores das empresas que apresentassem ou viessem a apresentar situação deficitária. Os trabalhadores, porém, reunidos em assembleia não concordaram com a exigência patronal, mesmo porque não podem os operários responder com o seu salário pelos deficits dos empregadores.

CONCLUÍDO O ACORDO

Finalmente, em reunião dos diretores do Sindicato com os empregadores, no dia 2 do corrente, foi concluído o acordo, com exclusão da cláusula da insuficiência econômica das empresas, devendo o aumento ser pago a partir do dia 1º de outubro. Assim, protelando a solução do problema, os patrões conseguiram o seu objetivo quanto ao prazo de 60 dias, pois o tempo passou. No entanto, afastando a cláusula da insuficiência econômica das empresas, os trabalhadores evitariam um precedente que se tornaria, inevitavelmente, uma norma indesejável em seus futuros acordos salariais.

O ajuste deverá ser ratificado por assembleias dos empregadores e dos empregados, acreditando-se que não haverá novas discordâncias.

Nova Derrota da Reação na Venezuela

Os trabalhadores e o povo enfrentaram os insurgentes e defenderam a junta democrática chefiada por Larrazabal

A CABÁ de fracassar na Venezuela mais uma tentativa de derrubada da Junta governativa chefiada por Wolfgang Larrazabal. A maioria, desta vez, dista menos de dois meses da última, de 23 de julho, nela se envolveram alguns oficiais reacionários não punidos que tinham participado da tentativa anterior de derrocada do governo.

A relação com este novo motim na Venezuela, é digno de assinalar-se um fato: nos últimos dias de agosto o Departamento de Estado dos Estados Unidos divulgou um chamado depoimento do encarregado de assuntos latino-americanos do Departamento de Estado, Roy Rubottom. Esse depoimento — com todo o peso de uma declaração oficial do governo dos Estados Unidos — era uma instigação aberta e cínica à sublevação contra a atual junta governativa venezuelana. Rubottom, segundo a "United Press International", mencionou a Venezuela como um dos países latino-americanos onde se intensificou a atividade comunista. O depoimento do agente do Departamento de Estado continha uma censura direta ao fato de estar legal na Venezuela o Partido Comunista. «Os comunistas operam abertamente» — constatava Rubottom.

Era sintomático — e o assinalamos então — que Ru-

bottom interviesse dessa forma nos assuntos domésticos da Venezuela precisamente quando a Junta venezuelana cogitava de uma revisão na política petrolífera do país. A. reside o âmago da questão. O petróleo é a menina dos olhos do Departamento de Estado. Os trustes norte-americanos não querem ver reduzidos seus lucros astronômicos à custa dos royalties do petróleo do segundo produtor mundial deste combustível precioso. Com a ditadura de Perez Jimenez, esses lucros subiram às nuvens. Agora, estão ameaçados de baixar um pouco, na proporção reclamada pelo povo venezuelano, que quer pelo menos uma parcela mais justa da fabulosa riqueza produzida em seu subsolo.

Ante esta perspectiva, estrilam os monopolistas e agem, pelas armas, os seus agentes mais descarados, derramando o sangue do povo venezuelano.

Mas, desta vez ainda, as massas populares da Venezuela estavam alertas. Foi a sua unidade e a sua ação instantânea que fizeram malograr o novo golpe contra a junta democrática chefiada por Larrazabal. Ante a tentativa de golpe já em curso, sindicatos operários, organizações populares, partidos políticos mobilizaram imediatamente os trabalhadores e o povo. Os amotinados armados foram enfrentados com armas — muitas vezes primi-

tivas: paus e cacêtes. Mas foram desalojados de suas posições e, por fim, dominados. É mais um exemplo de que ante as massas organizadas e obilizadas nada podem os golpistas, por mais que contem com o apoio de uma potência estrangeira, como no caso da Venezuela.

A derrota dos mazorqueiros de reação venezuelana foi também uma derrota dos imperialistas lanques e uma séria advertência às autoridades venezuelanas. Os monopólios petrolíferos não dormem.

Expande-se na Bahia a Campanha pela Eleição de...

(Conclusão da pág. central)

nos últimos dias que antecederem o pleito, Salvador será o cenário dos grandes comícios eleitorais. E também no Interior a força de penetração das idéias nacionalistas se tem feito sentir na campanha. Na cidade de Cruz das Almas, por exemplo, grande centro fumageiro, considerável multidão aguardou até alta madrugada a chegada da comitiva nacionalista, realizando-se ali um comício entusiástico — o maior dentre os levados a efeito pelos três candidatos. Em Cruz das Almas foi organizada uma coligação eleitoral nacionalista, integrada por elementos representativos locais (entre eles um grande comerciante, um estudante de agronomia, um operário da fábrica "Suerdieck" e um funcionário público) de diferentes partidos, que está indicando ao eleitorado os nomes de Pedreira de Freitas, Fernando de Santana (para a Câmara Federal), Herald Guerra (para a Assembléia Legislativa) e de José Pastor, do PTB, para a Prefeitura.

Na excursão realizada à região do S. Francisco, esta semana, integraram a comitiva, entre outros, o líder sindical e candidato a deputado estadual pelo PTN Heremito Dourado e o engenheiro Fernando de Santana.

Derrotar o golpismo

Das forças que se contrapõem à coligação democrática nacionalista, as que se agrupam em torno do nome do sr. Juraci Magalhães são, caracterizadamente, as que representam o golpismo e o entreguismo. Na semana que passou, os arautos dessa candidatura fizeram enorme estardalhaço com a insensata adesão às suas hostes dos srs. Rômulo Almeida e Alaim Melo, que, com esse gesto, pretenderam levar a confusão ao seio dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, afivelar uma máscara democrática à candidatura do sr. Juraci Ma-

Decisão do Eleitorado Gaúcho: Derrotar...

(Conclusão da pág. central)

UDN) é apoiada pelas forças mais retrógradas e golpistas da política riograndense. Secretário do Interior do sr. Ildo Meneghetti, eleito em 1954 pela mesma coligação PSD-PL-UDN, foi Perachi quem comandou a rebelião do diretório regional contra o diretório nacional do PSD, lutando contra a candidatura do sr. Juscelino Kubitschek para a Presidência da República e a favor da candidatura do entreguista Juarez Távora. Em 1955, colocou-se abertamente ao lado do golpe, contra a posse de JK, e foi um dos responsáveis diretos pela onda contra o general Teixeira Lott. Tudo indica que, se eleito, Perachi será,

em 1960, um adversário intransigente de qualquer candidatura nacionalista à Presidência da República.

Perachi e a corrupção

Como acontece em geral com os líderes do golpismo, também o cel. Perachi Barcelos faz da «luta contra a corrupção» o centro de sua propaganda eleitoral. Mas o seu telhado é de vidro, e bem frágil. O lema «honestidade e trabalho» só tem mesmo valor para uso externo. Muitas coisas acontecem, relacionadas com a candidatura e as pessoas mais intimamente ligadas ao cel. Perachi, mostrando que a luta contra a corrupção não passa de uma tênue cortina de fumaça. Há poucos meses, o deputado Clóvis Pestana, perachista

dos mais destacados, membro do PSD e diretor da Panambra S/A, esteve envolvido no escândalo do arameado. Outro escândalo recente é o da desapropriação de umas terras nas propriedades do Aeroporto, em que aparece um filho e (sócio comercial) do governador. Agora, nas últimas semanas, estourou outra negociação: a importação fraudulenta de 150 automóveis Ford-500, Fairlane, modelo 1953, em que surge como principal implicado o genro do candidato Perachi, que é também tesoureiro (por estranha coincidência) da campanha pré-eleição do sogro. Segundo se sabe, essa negociação encobre não apenas uma fraude alfandegária, mas também a degalgação (emplacamento, etc.) dos cartões, em que se empenharam vivamente o próprio governador e seu candidato. É de lembrar-se, aliás, que a campanha do sr. Perachi Barcelos vem custando rios de dinheiro e está sendo dirigida, em sua parte publicitária, pela agência norte-americana de publicidade «Grand Advertising».

Para a Câmara Federal e a Assembléia

Vem encontrando ampla ressonância popular e apoio ativo das forças democráticas do Estado as candidaturas parlamentares e personalidades do Rio Grande que têm se destacado por sua atuação patriótica na vida pública. Assim é que os comitês eleitorais que se formam no Estado já manifestaram seu apoio a candidatos que, embora inscritos em diferentes legendas partidárias, mais inspiram confiança às forças nacionalistas. É o caso dos srs. Hermes Pereira de Souza, Marques Fernandes, Petersen Filho (PSD); Fernando Ferrari, Flores de Cunha, Temperani, Ferreira, Paulo Mincaroni, Milton Rodrigues, Floriceno Paixão (PTB); Pedro Alvarez, Aldo Moreira, Roque Cruz Vargas, Torquato Severo Neto, Hamilton Leão (PR); Vitor Graef (UDN); Assunção Vieira e Lamaison Porto (PSP). A campanha que vem sendo feita a favor dos candidatos nacionalistas encontra uma receptividade dia a dia mais favorável entre as diversas camadas da população, indicando isso serem grandes as suas possibilidades de vitória nas urnas.

Observa-se, no curso da campanha eleitoral, que se generaliza e ganha força a disposição que já é de uma grande parte do eleitorado riograndense: impedir a vitória do candidato do golpismo, Perachi Barcelos, ao governo do Estado, e assegurar a eleição de numerosas bancadas nacionalistas para a Câmara Federal e a Assembléia gaúcha.

Avança para a Vitória a...

(Conclusão da Pág. Central)

entam falar em Recife são enviados e recebidos a tomates e laranjas podres. Ainda na última semana, o sr. Jarbas Maranhão quis realizar um comício no bairro dos Torrões. Mas o comício fracassou devido à população ter retirado a «pinguela» (pequena ponte de madeira), única passagem sobre uma vala que permitia o acesso de veículos ao local. Os moradores justificaram essa atitude explicando que quando precisam de socorro médico, ambulância lá não aparece, sob a alegação de ser impos-

sível o acesso. «Esta alegação, vale, agora, para o candidato de Etelvino!», dizem os moradores de Torrões.

No dia 4, nova tentativa feita pelo sr. Jarbas para realizar um comício de propaganda no bairro do Cordeiro. Mesmo antes de chegar o candidato etelvinista, estouraram as vaias, contra os seus correligionários que se achavam no palanque. Logo em seguida chegava um comboio. Os policiais desarmaram o palanque e os partidários de Jarbas se retiraram sob os apupos dos populares.

Vida dos partidos Comunistas...

Conclusão da 5a. Página

avos e proclama a adesão inquebrantável do Partido aos princípios do internacionalismo proletário.

Dois caminhos

Depois de se referir às grandes mudanças que se operam em toda a América Latina, onde crescem as lutas de libertação nacional, Arismendi disse que ante o Uruguai se abrem dois caminhos opostos: o caminho da guerra, do aprofundamento da crise e dos sofrimentos das massas, indicado pelo imperialismo e as forças reacionárias, e o caminho de uma política exterior independente, de paz e amizade entre todos os povos do mundo, de defesa da soberania nacional, de progresso econômico e social do país e satisfação das reivindicações das massas. Este último caminho, pelo qual lutam a classe operária e outros setores patrióticos, a cuja frente se encontra o Partido Comunista, pode converter-se numa realidade se as massas populares ampliarem sua mobilização e unidade, se envolverem-se a frente única de ação independente dos

trabalhadores para isolar e derrotar os agentes do imperialismo norte-americano e paralisar as vacilações da grande burguesia conciliadora. Esta mudança na correlação das forças políticas do país será grandemente facilitada — disse Arismendi — se se alcançar a unidade sindical dos trabalhadores e se forjar a unidade de ação entre o Partido Comunista e o Partido Socialista.

Arismendi examinou em seguida as teses do Partido para fomentar a luta pela paz, fortalecer a unidade da classe operária e ampliar o trabalho de massas no campo e em outros setores.

Solidariedade dos PP. CC. da América Latina

Os delegados dos diversos partidos comunistas representados no Congresso destacaram, em particular, a importância da solidariedade entre os Partidos Comunistas da América Latina em sua luta contra o inimigo comum dos povos deste Continente, o imperialismo lanque.

Entusiasmo e Eficiência na...

o da sua morosidade e das chicanas que atualmente se põem em prática nesse ramo do Judiciário.

Não havendo ainda um código que regule seu funcionamento, as decisões ficam ao arbítrio dos juizes e vogais.

Quanto à indicação dos vogais, houve várias sugestões, principalmente no tocante à sua indicação direta pelas entidades sindicais.

Sobre o direito de greve, a II Convenção decidiu fazer um apelo ao Senado Federal para que aprove o projeto que lá está encaixado e aos trabalhadores para que exijam a sua aprovação.

Pela primeira vez uma Convenção de trabalhadores discutiu o assunto. Concluiu-se que a propaganda sindical tem sido deficiente. Valorizou-se a importância da imprensa sindical de cada entidade e de fábrica.

Decidiu-se estudar a fundação de uma cooperativa gráfica, que possa facilitar a edição de jornais e propaganda

Princípios nacionalistas

Reafirmaram os convencionais sua posição de defesa da Petrobrás, da construção naval do Brasil, da indústria de material ferroviário, da indústria aeronáutica, das fontes de energia elétrica, principalmente da Eletrobrás, da indústria estatal dos metais atômicos, da expansão da indústria siderúrgica, etc.

A II Convenção aprovou também teses sobre a nacionalização dos bancos estrangeiros, a forma de aproveitamento de capitais estrangeiros, etc.

É todo um programa, já aprovado na I Convenção, que constitui hoje uma cartilha econômica para o povo brasileiro.

Este é um resumo rápido do conteúdo das resoluções da II Convenção.

VOZ OPERÁRIA publicará, nos próximos números, as conclusões de cada comissão.

A BATALHA da DIFUSÃO

NOVAS AGENCIAS: Campos do Mourão-Paraná. AUMENTOS: Cianorte mais 20%. AGENCIA RESTABECIDA: Terezópolis.

AGÊNCIAS REDUZIDAS: Campo Grande menos 40%; Campos menos 16% e Manaus menos 15%.

AGÊNCIAS SUSPENSAS: Belém, S. Luiz e Pau Grande. PAGAMENTOS DE 28.8 a 9.3.58: Cuiabá Cr\$ 100,00; S. J. Campos Cr\$ 700,00; Macaé Cr\$ 3.631,00; Salvador Cr\$ 1.210,00 e Cr\$ 800,00 (N. O. S.); Brasília Cr\$ 109,00; Camp. Grande Cr\$ 700,00; Mogi das Cruzes Cr\$ 1.200,00; S. Aleixo Cr\$ 602,40; João Pessoa Cr\$ 2.400,00; Recife Cr\$ 1.000,00; Maringá Cr\$ 1.000,00; Cianorte Cr\$ 775,00; Distribuidora Riachuelo Cr\$ 10.000,00; Campina Grande Cr\$ 300,00; Rio Bonito Cr\$ 30,00; Itapetininga Cr\$ 500,00 (JM); Mandaguari Cr\$ 150,00; Paranaval Cr\$ 1.600,00; Macapá Cr\$ 550,00; Cuaibá Cr\$ 100,00 e Birigui Cr\$ 500,00.

Até esta data, apesar dos constantes avisos, não recebemos os valores correspondentes a folhetos, que enviamos para os senhores: Carlos Rosa em Londrina-Paraná e Abraão Isaac Neto em Goiânia-Goiás.

A administração de VOZ OPERÁRIA está agora instalada na Av. Rio Branco, 257 9º and. — S/905, para onde deve ser encaminhada toda a correspondência, inclusive os pagamentos.

O Correio está devolvendo o jornal dos nossos assinantes Rosso Spotto e Hamilton A. Gonçalves, de Goiânia, com as seguintes anotações no verso do pacote: «mudou-se e desconhecido».

VOZ OPERÁRIA

Diretor Mário Alves

MATRIZ: Av. Rio Branco, 257 17º and. / 1.712 - Tel.: 42-7344

ASSINATURAS: Núm. Anual 3,00 Semestral 150,00 Trimestral 80,00

Até a ou nos registros, despesa a parte: Núm. atrasado 5,00

SUCURSAL PORTO ALEGRE — Rua Voluntários da Pátria, nº 66, s/ 43.

O PROBLEMA do CAFÉ e os interesses Nacionais



NOVOS e importantes episódios do drama do café foram atropeladamente na semana passada. O sr. Jânio Quadros fez entrega pessoalmente ao sr. Juscelino Kubitschek de um memorial contendo reivindicações de cafeicultores paulistas. Também esteve com o Presidente da República o governador paranaense Moisés Lupion. Acontecimento sensacional, foi a substituição do sr. Paulo Guzzo pelo sr. Renato Costa Lima na presidência do Instituto Brasileiro do Café, o que teve imediata repercussão baixista na Bolsa de Nova Iorque e determinou a corrida apressada ao Brasil do sr. Andrés Uribe, representante da economia cafeeira colombiana. A semana se encerrou com um discurso do sr. Lucas Lopes, alvo de imediata repulsa da Junta Administrativa do IBC.

Todos estes episódios estão relacionados com duas questões tornadas mais agudas no momento: o financiamento da safra de 1958-59 e o preço externo do produto.

A questão do financiamento

Ac contrário do que fez com a safra passada, desta vez o governo não garantiu preço mínimo nem financiamento para o café destinado à exportação. Entretanto, a situação no mercado internacional piorou consideravelmente do ano passado para cá, descendo as cotações da faixa de 50 para a faixa de 40 cents por libra-peso do Santos 4. A safra atual elevará ainda mais os estoques excedentes sobre o consumo mundial, circunstância que continua sendo explorada pela política baixista dos compradores monopolistas norte-americanos. Estes estão diretamente representados no próprio mercado brasileiro por umas poucas firmas, que dominam o comércio de exportação de café. Não tendo os produtores garantia de preços nem de financiamento, no momento crucial da colheita, é evidente que as firmas interessadas na baixa das cotações não deixam de se retrair do mercado. Isto coloca os produtores em situação crítica, uma vez que carecem urgentemente de dinheiro para saldar dívidas, renovar contratos com os colonos e outros compromissos para a safra futura. As dificuldades afetam aos fazendeiros em geral, mas se tornam mais penosas para os sítiantes, pequenos e médios cultivadores, que dispõem de menos recursos financeiros para resistir. O agravamento da

sitiantes à insolvência e provocar o desemprego em massa entre os colonos de café, com sérias repercussões na economia nacional em seu conjunto.

O ministro da Fazenda vem de eliminar as esperanças num possível financiamento imediato. O governo se limita a assegurar que comprará os remanescentes do café exportável, que não tiver sido vendido até 30 de junho de 1959, realizando tal aquisição na base da média dos preços internacionais do mês anterior. Isto significa entregar os produtores ao jogo das firmas exportadoras, entre as quais as mais poderosas são as americanas (Anderson Clayton, American Coffee, Hard, Rand Co, Leon Israel). Desprovidos de financiamento oficial, os cafeicultores não poderão resistir à manobra baixista. As resoluções anunciadas pelo sr. Lucas Lopes indicam ainda, apesar dos protestos em contrário, que o governo não tem mais a firme decisão de sustentar os preços no mercado externo e por isso mesmo não se empenha em defendê-los, com recursos adequados, no mercado interno.

Alega o sr. Lucas Lopes que os recursos dos ágios não são suficientes para atender à compra da quota de café que será retida (40 por cento da safra) e ainda financiar a quota destinada à exportação. O financia-

- ☆ Fértil a última semana em novos episódios do drama do café
- ☆ A inexistência de garantia de preço e de financiamento coloca os produtores em situação crítica
- ☆ A «guerra de preços», reclamada pelos setores entreguistas, beneficiaria os monopólios norte-americanos e seria um desastre para o Brasil
- ☆ Atrás do café está o petróleo
- ☆ Soluções positivas e urgentes precisam ser adotadas pelo governo

Jacob GORENDER

mento exigiria emissões, com inevitável efeito inflacionário. Não resta dúvida que este é um aspecto negativo a considerar na presente conjuntura. É necessário, porém, assinalar que não se trata, no caso, de emissões para compra de café com finalidade de estocamento, mas para financiar a parte da produção previamente destinada à venda no exterior. É perfeitamente possível, portanto, supor que o dinheiro emitido voltará, em breve prazo, às mãos do governo, que, então, terá a possibilidade de retirá-lo da circulação e contrabalançar o efeito inflacionário.

Ao governo preocupa, entretanto, menos a inflação do que a eliminação dos produtores chamados "marginais". Não está difícil perceber que se trata dos pequenos e médios cultivadores, sobretudo das zonas menos férteis, a quem o sr. Lucas Lopes condena à ruína, objetivando impedir o aumento da produção de um gênero em crise de superprodução. O controle da produção de café já se tornou, sem dúvida, indispensável, exigindo mesmo medidas que

evitem novos plantios. Não é possível, porém, concordar com a utilização de processos profundamente antidemocráticos como o do estrangulamento financeiro dos cultivadores menores. A situação é de tal ordem que mesmo fazendeiros de mais recursos serão atingidos. Quanto aos colonos, é inteiramente óbvio que se encontram sob a ameaça do desemprego e da redução dos salários.

Certos setores de grandes fazendeiros, que também são exportadores ou estão aliados a estes, têm porém interesse numa medida já diversas vezes aplicada no passado em detrimento da nação: a baixa dos preços em dólares com a simultânea elevação dos preços em cruzeiros. Não lhes importa o prejuízo nacional resultante da queda na receita em divisas-ouro, da desvalorização externa do cruzeiro e do agravamento do processo inflacionário. Querem vender todo o seu café por altos preços em cruzeiros, incrementando a sua riqueza enquanto o povo brasileiro seria condenado ao empobrecimento.

Nova ofensiva baixista

A semana passada registrou, por isso, nova intensificação da ofensiva baixista. Os srs. José Maria Whitaker e Augusto Frederico Schmidt vieram a público com artimanhas juriosas e a presidência do IBC foi guindado um homem, que é proclamadamente contrário à política de sustentação dos preços. A designação do sr. Renato Costa Lima constitui manifesta capitulação do governo diante dos setores entreguistas que advogam a "guerra de preços".

Desfraldando esta bandeira, fala-se na necessidade de eliminar os produtores africanos do mercado. A verdade é, porém, que os africanos, atrás dos quais estão metrópoles coloniais, possuem melhores condições que os brasileiros para resistir a uma guerra de preços. O que é certo é que esta prejudicaria gravemente a todos os produtores, mas traria seguros e grandes benefícios aos importadores norte-americanos, que, na sua condição de compradores de 60 por cento da exportação mundial, dominam o mercado internacional do café. Tal aspecto da questão tem sido, por motivos compreensíveis, intencionalmente omitido pelos propagandistas da ridícula cruzada antiafricana. Os baixistas fazem o jogo aberto dos monopólios dos Estados Unidos, que, desde há vários anos, pressionam insistentemente no sentido da baixa das cotações do café.

Uma experiência histórica

O próprio ministro da Fazenda reconhece, em seu último discurso, que a manutenção dos preços nos níveis atuais permitirá auferir receitas em divisas maiores do que a exportação de 20 milhões de sacas — o que, acrescentamos, é muito problemático — a preços equivalentes à metade dos atuais. Aos advogados da política baixista não preocupa, porém, o desfalque de divisas

período que vai da safra de 1931-32 à de 1936-37, verificamos o seguinte: o Brasil produziu 138.689.000 sacas e exportou 90.004.000, conservando um excedente de ... 48.685.000; quanto aos demais produtores, colheram ... 55.091.000 sacas e exportaram 54.550.000, ficando com apenas 541.000 sacas. No que se refere ao volume de vendas, a baixa não afetou, portanto, aos competidores, mas ao Brasil.

Em 1937, o governo brasileiro, não tendo alcançado acordo com os demais países produtores decidiu-se a uma guerrilha de preços. A cotação do Santos 4 desceu de 11,0 cents por libra-peso em 1937 para 7,62 e 7,50 cents, nos dois anos seguintes. Ao mesmo tempo, é certo que a nossa exportação subiu de ... 12,1 milhões de sacas em 1937 para 17,1 em 1938 e ... 16,5 em 1939. Mas o valor FOB da exportação de café caiu de 134,7 milhões de dólares em 1937 para 130,3 em 1938 e 116,3 em 1939. Quanto aos competidores do Brasil, não foram de modo algum afastados do mercado. Vale notar, além disto, que, enquanto o país vendia mais café e recebia menos dólares, os fazendeiros, estes, sim, não deixaram de lucrar alguma coisa, pois a exportação de café em cruzeiros, subiu de 2.150 milhões em 1937 para 2.296 milhões em 1938 e 2.234 milhões em 1939. É que o governo não deixara antes, como de costume, de proceder a uma desvalorização cambial da nossa moeda.

Atrás do café está o petróleo

Vantajosa para os grandes fazendeiros, para os exportadores e para os monopólios norte-americanos, a política baixista seria um desastre para a nação. Reduzindo drasticamente a receita em dólares, ela forçaria à reforma cambial e assestaria um golpe na política de industrialização. É o que aguarda o imperialismo norte-americano, visando a "encostar o Brasil à parede" para atacar, então, com todas as forças uma posição decisiva do nacionalismo brasileiro: o monopólio estatal do petróleo. Não resta dúvida de que se trata de plano detalhadamente elaborado, que tem por objetivo mais importante a liquidação da Petrobrás. Não é por outro motivo que a conhecida publicação norte-americana "Mc Graw-Hill American Letter", em sua edição de 19 de julho último, insinua descaradamente a adoção pelo Brasil da "solução Frondizi" que seria, como afirma, "a mais rápida solução para os problemas brasileiros". Acontece, aliás que o sr. Renato Costa Lima, novo presidente do IBC, é homem de confiança do grupo Rockefeller.

Aos nacionalistas brasileiros se impõe o dever de impedir que o Brasil seja encostado à parede. Para isto é indispensável nova política de comércio exterior, independente, firmemente nacionalista. No terreno do café, esta nova política faz imprescindível um conjunto de medidas a curto e a longo prazo. Algumas de tais medidas foram aplicadas pelos srs. José Maria Alkmin e Paulo Guzzo: a sustentação dos preços nos mercados externo e interno, e o acordo com os demais países produtores. Inevitável erro desta política foi, sem dúvida, a unidade alcançada entre todos os produtores latino-americanos, que o sr. Paulo Guzzo se esforçava, nos últimos dias de sua gestão, para estender aos africanos.

SOLUÇÕES POSITIVAS e URGENTES



MINISTRO LUCAS LOPES

Outras medidas, porém, são urgentemente indispensáveis: o intercâmbio comercial com o leste socialista (objetivando não só a questão do café, como toda a política do comércio exterior em seu conjunto), um acordo entre os produtores para o controle da produção cafeeira mundial, intensificação da propaganda do café no exterior, sobretudo na Europa e Ásia, e aumento do seu consumo no mercado interno.

Quanto a este último item, o boletim do IBGE de 6 de maio observa que o consumo aparente no Brasil se fixa em cerca de 6 milhões de sacas (cálculo bastante otimista, pois há quem atribua aquele consumo apenas 3,5 milhões de sacas). Admitindo a cifra do IBGE, teríamos 6 quilos a mais, por habitante. Ora, segundo dados recentemente

divulgados pela FAO, a Islândia possui um consumo de 11,1 quilos anuais de café PER CAPITA, seguindo-se a Suécia com 8 quilos, a Finlândia e os Estados Unidos com 7,6 quilos, a Dinamarca com 7 quilos, a Bélgica com 6,8 quilos e a Noruega com 6,4 quilos, todos em nível superior ao Brasil. Paradoxalmente, são todos esses países que não produzem a rubiacea, enquanto o Brasil é o seu maior produtor mundial. Assim, a o referido boletim do IBGE que os brasileiros bebem tanto café, individualmente, como os islandeses, o nosso consumo interno iria até 11 milhões de sacas, o suficiente para absorver a parte das safras sem escoamento externo.

A retenção de estoque pelo IBC é inevitável aspecto negativo da política de sustentação de preços, constituindo um ônus que pesa sobre todo o povo brasileiro. Seria mais do que justo que o governo, utilizando os estoques de que dispõe, compensasse este sacrifício dando o café à disposição das massas consumidoras a preços mais baixos que os atuais no varejo. Milhões de brasileiros, que bebem ínfimas quantidades de café, dado o seu baixíssimo poder aquisitivo, teriam a possibilidade de aumentar o consumo da melhor bebida não alcoólica até hoje descoberta pelo homem. A baixa do preço do café no varejo teria, do ponto de vista econômico, efeito antiinflacionário, reduziria o estoque excedente e consolidaria toda a economia cafeeira, tanto no plano externo como interno.

As soluções que nos convêm são aquelas que se baseiam fundamentalmente nos nossos próprios recursos e conduzem a economia nacional à emancipação completa de sua dependência para com o imperialismo norte-americano. O entreguismo se encontra agora em ofensiva, de modo aberto e involvente. Cumpre barrar-lhe o caminho e isto exige um nível mais alto de consciência e combatividade de todas as forças nacionalistas.